

ATA N.º 261

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 Período da Ordem do Dia**-----
 - 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
 - 1.2 Relatório dos Atos Praticados ao Abrigo do “Regime Excepcional para Promover a Capacidade de Resposta das Autarquias Locais no Âmbito da Pandemia da Doença Covid-19”-----
 - 1.3 Prestação de Contas de 2019-----
 - 1.4 Prestação de Contas Consolidadas de 2019-----
 - 1.5 Inventário e Cadastro em 31-12-2019-----
 - 1.6 Revisão Orçamental – Ratificação-----
 - 1.7 Tecparques – Adesão-----
 - 1.8 Mapa de Pessoal – 1ª Alteração-----
 - 1.9 Agim – Saída do Município de Associado-----
 - 1.10 Regulamento dos Apoios às Freguesias - Anexo – Alteração-----
- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.-----
- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----
- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----
- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
 - Ana Cristina da Silva Tavares-----
 - Ana Maria Tavares Mendes-----
 - António Augusto Macedo de Cruz-----
 - António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
 - António Fernando da Silva Dias-----
 - Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
 - Belmiro Manuel Marques-----
 - Carlos Manuel Martins Tavares-----
 - Cipriano de Arede Nogueira-----
 - Custódio Tavares Pereira de Lima-----
 - David da Silva Alves-----
 - Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
 - Edite Bastos Rodrigues-----
 - Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
 - Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
 - Jorge Manuel Henriques da Graça-----
 - José Carlos Ribeiro de Sousa-----
 - Júlio Martins Fernandes-----
 - Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
 - Mário José Costa da Silva-----
 - Patrícia Sofia Martins Santos-----
 - Paula Cristina Dias Coutinho-----
 - Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
 - Pedro Miguel Martins Mendes-----
 - Renata Liliana da Costa Marques-----
 - Sérgio Soares da Silva-----
 - Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Belmiro Manuel Marques e Mariana Fernanda Martins de Bastos, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar à ata e à correspondência, quero agradecer a vossa presença. Felizmente, temos o CAE que nos permite ter condições para que possamos fazer esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Estávamos sem reunir desde fevereiro e era urgente que o fizéssemos e penso que estamos aqui com boas condições, e, em segurança.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 260, da sessão de 28 de fevereiro de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

2 Correspondência:-----

Quanto à correspondência recebida, recebemos uma carta datada de 21 de maio, de José Luís da Silva e Almeida, membro desta Assembleia pelo Partido Socialista, onde ele pedia a suspensão do seu mandato por um período de 364 dias. Estivemos a analisar o pedido de suspensão e, de facto, como ele já tinha cumprido os 365 dias, não podia ser cumulativo e, como não podia ser cumulativo, teve de se transformar esta suspensão numa renúncia, portanto, onde está suspensão deve-se ler renúncia e será substituído por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos. Outra informação foi um convite Junta de Freguesia de Talhadas, para a inauguração do Espaço-Cidadão, bem como da renovação do espaço de atendimento, no dia 10 de junho. Do vereador Paulo César de Bastos Martins recebemos, hoje mesmo, a informação de que a partir do dia 23 de junho ficou desvinculado da candidatura pela qual foi eleito para o mandato 2017-2021, assumindo, deste modo, o estatuto de vereador independente na Câmara Municipal.-----

Ainda neste período da correspondência, e por comum acordo dos líderes das várias bancadas municipais, tínhamos aqui para vos propor um voto de pesar e um voto de louvor. O voto de pesar seria o seguinte: *“A Assembleia Municipal, reunida aos 26 dias do mês de junho, manifesta o seu pesar por todos aqueles que direta ou indiretamente perderam a vida durante a pandemia de COVID-19, no nosso país e, em particular, no nosso concelho. Apresentando as suas mais sentidas condolências às respetivas famílias.”* Colocado à votação, o órgão deliberativo aprovou o voto de pesar por unanimidade. O presidente da Assembleia Municipal propôs um minuto de silêncio. A Assembleia Municipal cumpriu, de pé, um minuto de silêncio. Propunha agora, de seguida, um voto de louvor nos seguintes termos: *“A Assembleia Municipal, reunida aos 26 dias do mês de junho, propõe um voto de louvor a todos os homens e mulheres que, nas mais diversas áreas, têm estado na linha da frente do combate à pandemia COVID-19.”* Colocado à votação, o órgão deliberativo aprovou o voto de louvor por unanimidade.-----

Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia e por acordo comum, também, entre os vários líderes das bancadas municipais, decidimos fazer uma pequena alteração formal na ordem de trabalhos. Onde se lê o ponto 3.3 Revisão Orçamental – Ratificação, por decisão unânime dos vários grupos, optou-se por passar esse ponto mais para a frente,

ficando o 3.3 Prestação de Contas de 2019, 3.4 Prestação de Contas Consolidadas de 2019, 3.5 Inventário e Cadastro em 31-12-2019 e 3.6 Revisão Orçamental – Ratificação.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde. Eu pensava que hoje íamos às Talhadas inaugurar uma obra, mas, infelizmente, a pandemia fez-nos descentralizar apenas cento e cinquenta metros. Mas, por outro lado, temos o prazer de subir a este palco, nunca tinha subido aqui, nem tudo é mau. Meus senhores e minhas senhoras, senhores deputados municipais, excelentíssimo presidente, senhores vereadores da câmara, caríssima mesa. Dirijo-me a esta mesa, pois tenho vindo a reparar que todas as bancadas municipais e o membro independente desta assembleia, desde que me lembro, têm vindo a cumprir os tempos regimentais com uma ou outra exceção onde precisam de mais trinta ou sessenta segundos para terminarem uma ou outra intervenção. Na passada Assembleia Municipal, até reparei que o deputado Elmano, depois de se inscrever, não pôde intervir porque a sua bancada já tinha esgotado o tempo ainda antes da intervenção do deputado Elmano. Tenho vindo a reparar, também, que, no que respeita aos tempos regimentados para o executivo, este ultrapassa dezenas de minutos a responder às questões que, várias vezes, são as mesmas colocadas pelos vários grupos de oposição sem que nunca esta assembleia se tenha oposto ao que quer que seja. Senhor presidente, o que se passou na última Assembleia Municipal ultrapassou todos os limites do que o presidente de uma mesa não devia fazer. Depois de eu ter vindo, mais uma vez, colocar uma pergunta, à qual o senhor presidente da Câmara ainda não conseguiu responder, esta mesa chamou a atenção para o facto de se gastar muito tempo com perguntas repetidas e vagas. Tive o cuidado de voltar a pedir a palavra e informar a mesa de que, enquanto as perguntas que aqui coloco não tiverem resposta e as situações apresentadas não forem solucionadas, virei aqui colocar as perguntas e as situações as vezes que forem necessárias e não seria esta mesa que me demoveria disso. Pois bem, senhor presidente, lamento informá-lo que, depois da sua infeliz intervenção e da sua resposta, não aceito desta mesa lições de 25 de Abril e que política é aqui que vou continuar a fazer e não lá fora, onde continuarei a realizar trabalho autárquico e a politiquice vou deixá-la para quem de direito. Campanha eleitoral, só a costume fazer quinze dias antes de eleições. Queria dizer que é de lamentar que, a gestão dos tempos, nesta assembleia, não tenham o mesmo critério para os deputados municipais e para o executivo. Dizer-lhe, também, senhor presidente, que mais do que fazer a chamada e gerir o tempo, esta mesa devia era preocupar-se com a boa moderação dos trabalhos e forçar este executivo a responder às questões dos deputados municipais, quer elas sejam difíceis ou fáceis. Por fim, e já que o senhor presidente não força este executivo a responder às questões, eu faço a pergunta à mesa. O senhor presidente sabe onde é o caminho público para a ponte pedonal pública, construída sobre o Rio Gresso, em Couto de Esteves?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passarmos à próxima intervenção, esqueci-me de chamar à atenção de que, nas informações, por lapso, não foi enviado para os senhores deputados municipais o relato sobre a auditoria das demonstrações financeira que nos foi enviado pelo auditor externo. Fizemos cópias, penso que foi entregue uma cópia a cada um dos senhores deputados quando entraram no espaço, se alguém, eventualmente, não tiver uma cópia, coloque o braço no ar que a Beatriz depois entrega.-----

Patrícia Santos – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. De alguns anos a esta parte, têm-se vindo a registar, no nosso concelho, diversas intempéries que, periodicamente têm causado prejuízos

significativos, nomeadamente no sector agrícola. Sabemos que estes fenômenos naturais, irão ser, cada vez mais, frequentes. Ainda no dia 31 de maio, sobretudo a freguesia de Rocas do Vouga e parte da freguesia de Cedrim, foram atingidas por mais uma intempérie. Numa reportagem a um canal televisivo, o senhor presidente da Câmara disse que estava a estabelecer ligações com o Ministério da Agricultura e que iria direcionar verbas da Feira do Mirtilo, entretanto cancelada, pelos motivos que todos conhecemos, para a ajuda dos produtores de mirtilo que haviam sofrido prejuízos. Essas verbas já foram entregues e ajustadas consoante as necessidades dos produtores? O fundo de emergência municipal, que serve para acorrer a estas situações, foi ativado? A Ministra da Agricultura, quando questionada na passada terça-feira, sobre a questão da intempérie que se fez sentir em fim de maio, pela Deputada do PSD, Helga Correia, representante do nosso concelho no parlamento, responde que, consoante a confirmação da intempérie, por parte do IPMA, é que os apoios seriam ou não disponibilizados. Sabendo de antemão que, no passado sábado, o senhor presidente esteve com a Ministra da Agricultura em Moimenta da Beira e que a resposta da senhora Ministra lhe deu foi a mesma à sua interpelação sobre a intempérie, questiono se hoje sexta-feira, já houve desenvolvimentos? Uma semana pode parecer pouco tempo para obter confirmação e desbloqueio de verbas, mas para quem vive da agricultura, uma semana é muito tempo. Relembro que, no passado mês de dezembro, as inundações das zonas ribeirinhas do Vouga, no nosso concelho, resultantes da descarga da Barragem de Ribeiradio, resultaram em prejuízos avultados. Na última Assembleia Municipal, quando interpelado por esta situação, o senhor presidente referiu que estava a ser elaborada uma listagem das ocorrências e feito um orçamento global final, a fim de ser apresentado ao fundo de emergência municipal, pois em princípio e após falar com a Ministra da Administração Pública, este fundo seria ativado para resolução de parte dos problemas inerentes às inundações de 19 de dezembro. Como se encontra a situação? O fundo já foi libertado e aplicado? Que diligências foram ou estão a ser preparadas para que no próximo inverno esta situação não ocorra novamente? Uma vez que a EDP descartou as culpas, quem irá arcar com elas, a proteção civil de Sever do Vouga, a população ribeirinha, o próprio rio ou a culpa também irá por água abaixo? Não é que seja importante apontar o dedo para o culpado, mas sim perceber o que ele fez de mal, para se corrigir e prevenir a repetição de um cenário idêntico no futuro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, eu queria começar por cumprimentar a mesa, a Câmara Municipal, os senhores deputados municipais, os senhores presidentes da junta, público aqui presente e dizer que esta é a primeira Assembleia Municipal que temos depois de se ter declarado a pandemia de Covid-19. Sabemos que há um ponto específico para avaliarmos aquilo que o município tem feito em relação à pandemia, no entanto, neste período de antes da ordem do dia não queríamos deixar de sinalizar, desde logo, os votos que foram aprovados anteriormente e que foram consensualizados na conferência de líderes, mas, também, deixar algumas considerações que são importantes para que se pondere no futuro. Nós temos uma crise seríssima em matéria de saúde pública que está longe de estar resolvida e amarrada a esta crise de saúde pública nós temos uma crise económica e uma crise social que se está a instalar de forma particularmente grave. A crise económica, com a paragem forçada de vários negócios, com as consequências em termos de desemprego e com uma pandemia que parece não estar controlada que terá, evidentemente, efeitos sérios naquilo que são as expectativas de retoma económica. Na crise social nós temos que ter uma preocupação especial, evidentemente, com aqueles que perderam os rendimentos, mas, também, com os mais velhos que são, também, os mais vulneráveis a esta doença. Por isso, o CDS, no espírito de colaboração que o tempo de crise exige, promoveu e propôs à Câmara e queremos sinalizar, nesta nossa primeira intervenção, aquilo que foram as propostas do CDS que foram aceites e postas em prática pela Câmara e queremos congratular-nos com isso. A distribuição de equipamentos de proteção individual às IPSS e aos bombeiros; os testes para as IPSS, os bombeiros e a GNR; a isenção de pagamento de estacionamento e,

também, a isenção de pagamento da taxa RSU em que aí, senhor presidente da Câmara, mantemos uma divergência. O senhor presidente da Câmara aceitou e acabou por aprovar, em Câmara, a isenção para o setor do comércio e indústria, nós, que sabemos que as pessoas ficaram confinadas, em casa, com maior consumo de água, o que, evidentemente, poderá levar a um aumento da taxa de RSU para as famílias, temos uma moção que será apresentada, aqui, pelo meu colega Pedro Mendes para que a Câmara estenda esta isenção a todos. Eu acho que é importante, nuns tempos difíceis, como aqueles que atravessamos, saudarmos aquilo que foi possível fazermos, concertadamente, mantendo, evidentemente, aquilo que são as divergências democráticas quanto às melhores soluções que podemos encontrar, mas, nesta minha primeira intervenção, uma intervenção que tem em conta os tempos que atravessamos, não queria deixar de saudar a maioria pelo facto de ter aceite estas propostas do CDS e, desse modo, se ter melhorado, um pouco, a vida dos severenses.

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes de junta de freguesia, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social aqui presente. Caros cidadãos, encontrando-se o concelho, o País e até o mundo a atravessar uma situação deveras crítica, urge encontrar soluções para que numa primeira instância os cidadãos sejam protegidos nos seus direitos mais básicos como sejam alojamento, alimentação, saúde e emprego. Assim sendo, compete a todos nós, contribuir na medida das nossas possibilidades para esse objetivo. Como ainda não existe cura nem vacina para este mal, é certo que teremos que conviver com este problema mais alguns meses para não dizer anos. Sendo assim, deveremos estar muito atentos e começar desde já a antecipar os diversos cenários possíveis, como sejam, o aumento de casos de contaminação, reforçando o nosso já deficitário sistema de saúde local. Neste momento, assistimos a um decréscimo de utentes do serviço de saúde, mas a verdade tem que ser dita, não é que as pessoas não estejam doentes. Este decréscimo deve-se apenas ao medo. Medo de irem aos centros de saúde e serem contaminadas. Devem ser tomadas medidas para que o serviço de saúde funcione e funcione com segurança independentemente do Covid. Da mesma forma, a proteção do emprego é fundamental, o município deverá estar atento às diversas dificuldades das empresas que surgirão à medida que a epidemia for evoluindo, de forma a reduzir o impacto nas mesmas, seja através da baixa e ou anulação de impostos, seja através de apoios logísticos e de promoção e divulgação. Paralelamente, deverão ser encontradas soluções de apoio aos comerciantes e prestadores de serviços que viram as suas atividades interrompidas abruptamente, classes severamente atingida e que vivia com grandes dificuldades, mas agora ainda mais, através da baixa e ou anulação de taxas e impostos bem como a implementação de novas medidas de apoio e promoção do comércio local. É função do município zelar pelos interesses dos seus munícipes, para tal deverá realizar uma análise fundamental deste problema, planejar e tomar as medidas necessárias para minimizar o impacto do Covid-19 no nosso concelho, da nossa parte, estamos inteiramente disponíveis para colaborar com o executivo. Outro assunto que trazemos aqui hoje e que a bancada do PSD, não poderia deixar de comentar o pedido de suspensão do deputado José Luis Almeida, salientando a boa relação interbancadas, baseada no respeito mútuo e no diálogo, em que os interesses dos cidadãos e do concelho foram sempre salvaguardados. Agradecemos desde já o seu profissionalismo e empenho enquanto líder de bancada ao dispor do concelho, resta-nos desejar tudo de bom e que os seus desejos se realizem com a maior brevidade possível.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. Vivemos tempos incertos, em que a distância social é uma exigência e uma necessidade para colmatar a pandemia que estamos a viver. A palavra de ordem é “Vá para fora cá dentro”. E, efetivamente, o nosso concelho tem muito

para oferecer, a natureza foi extremamente generosa com este concelho. Temos paisagens maravilhosas, um território digno de ser visitado com o devido distanciamento social. A Câmara e muito bem, divulgou um vídeo promocional do nosso pequeno território, dispõe também de um Guia Turístico online do nosso concelho, mas meus caros e minhas caras, este guia fica muito aquém, falta uma série de sítios e recantos que podem e devem ser visitados e que não veem mencionados e são enganosas as imagens apresentadas, quer no vídeo, quer no guia turístico. De duas uma, ou não conhecem o nosso concelho ou têm vergonha de mostra a falta de cuidado e de estratégia que tem. Prometem muito, mas fazem pouco. Quem nos vem visitar encontra as infraestruturas sem manutenção, ao abandono. Uma praia fluvial que foi preciso reclamar no Facebook para que se começasse a avançar com a limpeza e ajuste, porque não aproveitarem que vão investir e deslocar o bar para um patamar acima para que não se volte a verificar a sua destruição; e o rio Vouga, para quando o seu desassoreamento? É necessária uma limpeza urgente para não se verificar o que e verificou aquando das cheias. A reposição da praia fluvial no rôdo que teima em não sair do papel, promessas e mais promessas, ano após ano; Uma ecopista desleixada, sem manutenção, nomeadamente nas proteções e no piso; Cascatas com acessos escassos e sem indicações. Aliás, ainda há pouco houve obras na Fílveda, mas que pouco ou nada beneficiaram o seu acesso. O parque urbano da vila que não é limpo, nomeadamente no toldo junto à biblioteca. Entidades a solicitar ajuda para limpezas e higienização, em tempo de pandemia e não lhes é dada a ajuda devida. E, já agora, qual é a lógica de plantar árvores nas margens do rio e depois colocar herbicida? Sim, as nossas margens estão secas, sem aquele brilho de outrora. Minhas caras e meus caros, seria importante atualizar os guias turísticos e ter uma estratégia concertada entre todos os intervenientes, por forma a aumentar a receita. E o turismo pode ter um peso fundamental, sobretudo agora, em que os portugueses procuram territórios calmos em que a natureza possa proporcionar momentos de descontração e relaxamento e nós temos isso, só precisamos de criar a necessidade de sermos visitados. Não existe freguesia que não tenha um ponto de interesse para os que cá estão ou os que nos querem vir visitar, mas cabe ao executivo camarário estabelecer uma estratégia e zelar pelo património existente. Mais que fazer grandes obras é cuidar das que já existem para que não se definham no tempo e a sua recuperação não seja penosa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem a palavra para esta primeira leva de questões o senhor presidente da Câmara. Apelo à sua capacidade de síntese.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu vou tentar ter essa síntese, mas se querem que, realmente, consiga responder a tudo, não poderei ter o mesmo tempo que tem cada interveniente das bancadas da assembleia. Ainda assim, normalmente respondo em grupo quando há questões idênticas, tenho tentado fazê-lo. Vou tentar ser sintético. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, já há algum tempo fizemos levantamentos exaustivos de todos os danos e as estimativas detalhadas de tudo aquilo que foram prejuízos, quer privados quer públicos. No nosso caso, somos dos mais prejudicados, mas não apresentamos apenas a reclamação sobre os nossos prejuízos, apresentamos, também, com o conjunto dos privados. E, tal como tinha dito, também vi chegar esse dossier à senhora Ministra da Administração e Modernização do Estado. Não temos, ainda, nenhuma resposta escrita da parte do Ministério, mas na terça-feira tive uma reunião online com o senhor Secretário de Estado, do mesmo ministério, e um dos casos que voltei a colocar foi este, portanto, tenho-lhe a dizer que a questão da declaração, também para que fique esclarecido, não é o município que declara a emergência municipal ou que ativa o fundo de emergência municipal, tem que haver declaração da calamidade pública e, só depois, afetadas as verbas desse bolo, se ele existir e se for, realmente, decretada a calamidade pública é que essas verbas irão ser distribuídas pelos municípios e não em separado. Sempre, através de candidaturas ao fundo que passam pela CCDR, estando tudo organizado nesse sentido. Diria, como disse o senhor Secretário de Estado, que estão a ultimar o despacho de calamidade pública, que ainda tem que ir à Comissão Europeia

porque não é o próprio estado, sequer, que decide, só por si, se considera, ou não, a calamidade pública, portanto, estão a concluir o dossier. Da parte do Estado e daquilo que possam ser os apoios do fundo de emergência municipal, virão por aí após este processo estar concluído da parte deles e reforçadas as verbas do fundo de emergência municipal porque, como disse, todo o processo já está na CCDR. Relativamente à outra questão sobre possíveis indemnizações da parte da empresa responsável pela barragem, a Greenvouga, a mesma já foi notificada de todos os prejuízos deste caderno exaustivo de reposição de infraestruturas. Entretanto, estamos a preparar, adiantando a situação da parte de não haver uma resposta de aceitação da culpa da parte deles, uma ação judicial, conjuntamente com os privados, portanto, vamos aglutiná-los todos nesta ação contra a Greenvouga que estaremos a ponderar caso a resposta deles venha negativa. Entretanto, estamos, também, a preparar a defesa ao nível técnico porque mesmo com o relatório exaustivo de um dos lesados privados, penso que isso, para o tribunal, servirá muito pouco, portanto, estamos a colher informação de técnicos especialistas de universidades para que possamos, depois, fundamentar o processo contra a Greenvouga. Quarta-feira, vou ter uma reunião com um desses especialistas sobre hidráulica e barragens para ver se eles nos conseguem fazer pareceres que possam vir a defender isto, mais tarde, em tribunal. Sobre o granizo que afetou os mirtilos, fizemos um levantamento exaustivo e rigoroso, com as áreas de produção e quantidades afetadas, e tudo isso foi transmitido ao Ministério da Agricultura. Em reunião com a senhora Ministra da Agricultura, ela disse que estava a trabalhar em alguns assuntos, nomeadamente na questão dos seguros, que é uma situação que dura há anos e dura de ministérios e governos passados, problema que ainda não foi resolvido. Os seguros de colheita são caríssimos, há grande parte de seguradoras que não os querem fazer, mesmo que o produtor tenha vontade de o fazer. A senhora Ministra também transmitiu que, no dia 16 deste mês, tinha uma reunião com as seguradoras para afinar a questão dos seguros e alterar algumas regras nas seguradoras, uma vez que, agora, os seguros são feitos, com uma parte por conta do produtor e a outra parte por conta do estado. O que eles queriam fazer era aumentar a compensação do estado, a integração de verba nesse fundo, e aí fazer com que as seguradoras aceitassem a colocação dos seguros, mais facilmente. A senhora Ministra transmitiu, ainda, que não vai haver apoios diretos, ou seja, compensações a fundo perdido. Aquilo que o ministério vai fazer é apoiar na colocação de redes, e outras proteções e na reativação dos pomares, aqueles que foram destruídos ou que perderam plantas, assim como o apoio aos tratamentos para revigoração de plantas, portanto, isso é o que vai surgir para apoio a estes agricultores no imediato e vamos aguardar que essas medidas sejam postas em prática. Dr. António Carlos, eu folgo muito em ouvi-lo dizer que estão a ajudar o município na apresentação de propostas, fico muito contente, muito obrigado. Eu não vi nenhuma proposta que tenha sido apresentada pelo CDS, mas, falarmos de medidas e discutirmos ações, estamos cá para isso. Venham elas de onde vierem, se forem para ajudar no combate a isto e na amenização dos problemas, cá estaremos para as discutir e para as acolher. A questão dos RSU foi discutida e analisada. Não é fácil pôr em prática uma medida dessas e isso foi devidamente esclarecido na reunião de câmara. Fizemos aquilo que era possível fazer no imediato. Algumas das outras medidas de que falou, e sabe bem, não são medidas que qualquer município tome, pois são medidas do governo, na maior parte delas, do Ministério do Trabalho, pois as câmaras não pagam subsídio de desemprego nem apoiam diretamente, fazem-no a outros níveis, com apoios diretos e consta do relatório, apresentado hoje à assembleia, aquilo que foi feito e que está a ser feito no apoio às pessoas com maior dificuldade e que ficaram em pior estado com o estado de calamidade. Relativamente à intervenção de Tony Martins, na senda desta explicação, fizemos muito daquilo que outros não fizeram e tomámos muitas medidas até de resolução dos problemas, mas pelo menos da amenização da maior parte deles no imediato, e, continuamos ainda, a fazê-lo. As empresas também foram apoiadas através da isenção do pagamento das rendas para as empresas localizadas no Vougapark, o que também foi um apoio ao emprego e à

economia. Sobre a baixa de impostos, eu continuo a dizer que não é a câmara que baixa impostos, apenas pode mexer na derrama, que vossas excelências têm vindo sempre a insistir. A redução de impostos faz-se de um ano para o outro. Aquilo que se faz, ao baixar impostos, é quando aprovarmos o orçamento, nessa altura são aprovados os impostos para o ano a seguir, portanto, os de este ano já estavam aprovados desde o ano passado. Ainda assim, eu acho que é um contrassenso baixar-se a derrama para apoiar as empresas por estes problemas, porque só paga a derrama quem tem lucros acima de determinada situação, portanto, quem está em crise ou com dificuldades não paga a derrama, não sendo necessário isentá-los. Quanto à intervenção de Paula Coutinho, somos, realmente, um concelho de natureza privilegiada e temos, felizmente, muitos pontos, como disse. Não podemos e nem conseguimos tê-los todos impecáveis porque isso custa muito dinheiro e nós temos ido fazendo conforme vamos podendo e conforme conseguimos. Houve casos em que falou que são abrangidos por um contrato com uma empresa que também parou com o Covid-19 e esteve uns tempos sem trabalhadores, sem vir para o terreno fazer aquilo que devia fazer na altura, portanto, está aqui um conjunto de situações que vão atrasando essas limpezas e o embelezamento das zonas de visitação. Alguns destes pontos são da competência das juntas de freguesia, que deviam ir lá, pelo menos, três vezes por ano, conforme os acordos assinados. Sobre a Ecopista, que está em obra, algumas daquelas intervenções mais rápidas foram aguardando algum tempo porque já estava adjudicada uma empreitada para repor as situações de que falou – vedações, entre outros, e as limpezas serão, também, na mesma altura que irão avançar, embora elas nunca deixaram de ser feitas, apenas não têm sido feitas com essa regularidade. Não sei a que se referiu quando disse que o Fílveda não está bem, pois fui lá no fim das obras e posso dizer-lhe que acho que aquilo está espetacular. É evidente que aquilo é um local completamente diferente de outros, de difícil acesso, mas é mesmo isso e está referenciado nos guias. Sobre as árvores no Rio Vouga, o projeto de trabalhos na margem direita do rio, aprovado pelo POSEUR, envolvia, nesta altura, uma situação praticamente única, que era a valorização da biodiversidade e, para isso, tínhamos que combater as invasoras com a aplicação de alguns herbicidas e o local onde foi feito o maior combate foi, precisamente, na zona das mimosas e das acácias. Foram plantadas árvores e arbustos (alecrim e rosmaninho) para combater o crescimento das acácias e de outras invasoras.-----

Paulo Lourenço – Senhor presidente da mesa e restantes membros, senhor presidente da câmara e vereação, senhores deputados municipais, entidades e público, boa tarde. Mais uma vez, vou voltar a falar de infraestruturas, algumas das quais já aqui foram referidas e mencionadas, mas que, até ao momento, nada foi feito. Continuamos com vários locais em perigo após o corte das árvores nos perímetros de proteção. Temos a estrada para Rocas, por exemplo, na Abobareira, ou a bem conhecida E.N. 16 onde, por exemplo, também temos, junto ao restaurante Miravouga, na rua de acesso à Ermida, onde entre a estrada e o rio só temos o precipício. Para quando a colocação de rails? Quando formos notícia nos meios de comunicação social? Agora, na E.N. 16 e apesar de o senhor presidente falar na biodiversidade, tenho de dar os parabéns ao senhor presidente pela visão, até porque, numa destas sessões, falei aqui no número de árvores, no critério e na colocação e foi dito, pelo senhor presidente, que estava tudo muito bem, que algumas iriam ser roubadas e que também iriam secar. E não é que secaram mesmo? Pois levaram tratamento. Agora é assim, após o tratamento que foi feito, seja leve, pesado ou não, são para substituir as que foram queimadas? Vão ser substituídas por quem? Quem vai suportar os custos? Também na E.N. 16 temos outra situação que são as grades, há seis meses, à espera de reposição, daquele muro de suporte. Dado o baixo caudal do rio, deve acontecer brevemente, pensamos nós, dado que é a melhor altura para fazer essa intervenção. Se for demorar muito, mais vale chumbar as grades que sempre servem de rails. Mas, esperar seis meses até parece um período normal, foi o tempo que demorou para se iniciarem os trabalhos na praia fluvial, a qual acredito que vai ficar muito bonita. E, continuando a falar de locais bonitos, convido o executivo a fazer uma visita a um local que está em todos os

roteiros turísticos do concelho, o Rio Mau e o Braçal. Mas vão com os vossos carros particulares para assim poderem apreciar a totalidade, tal como quem nos visita, da qualidade das estradas de acesso e das belas plantas que crescem nas bermas. A estrada pelo lugar do Folharido, que tem o piso uma porcaria, o qual já foi, várias vezes, promessa eleitoral e, no entanto, nada foi feito. E no final deste, temos buracos, lama dada à falta de valetas e silvas a crescer por todo o lado. O PR existente está uma vergonha, nem vale a pena comentar. Vão e vejam. E para concluir, apenas uma pequena dúvida que me assombra. A avenida Comendador Augusto Martins Pereira só merece pavimento na porta da Câmara? Até à zona industrial, por exemplo, não está degradada a via?-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimo senhor membros da Assembleia Municipal. Minhas senhoras e meus senhores. O PSD, ao longo de mais de doze meses, tem pedido informação à Câmara Municipal, sendo que o fez em sessão de fevereiro de 2019 e, mais formalmente, na expectativa de assim ser mesmo respondido, com entrega de requerimento dirigido ao senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal em 26 de abril de 2019, repetida em junho de 2019. Veio a Câmara Municipal responder somente em fevereiro de 2020, atente-se, doze meses depois, e à quarta sessão de Assembleia. Porém, esta resposta não correspondeu em nada ao que foi pedido, pois veio vazia daquela que era a informação solicitada. Um relatório tem que estar devidamente enquadrado e circunstanciado de todos os eventos relevantes, tanto mais que o que foi pedido estava devidamente discriminado. Sentimos que nos atiraram um osso para nos calar, mas nem somos canídeos nem nos satisfazemos com ossos. Faz parte dos direitos dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do seu regimento no artigo 15º, n.º 1 e), solicitar, por escrito, à Câmara Municipal, por intermédio do presidente da Assembleia Municipal, informações e esclarecimentos relacionados com o exercício da sua função; Sendo que, nos termos do artigo 25º, n.º 2 a) da Lei n.º 75/2013, a Assembleia Municipal tem como competência acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Ora, os pedidos feitos estão dentro das suas competências, mas a Câmara Municipal recusa-se a cumprir, ao não fazer a entrega do que lhe é pedido, e não, não se venha dizer que o que entregaram chega, porque não chega, não correspondeu ao que foi pedido, e quando se pede relatórios pretende-se receber relatórios e não que se venha a remeter para uma informação escrita do senhor presidente que, também, nada diz. Aqui chegados, senhor presidente, reitero o que foi pedido naquelas cartas e não cumprido, no que se refere ao relatório do Ecocentro com todos os pontos aí discriminados, ao relatório do Centro Escolar físico e financeiro; lista das obras com a percentagem de execução física e financeira; valores das penalizações diárias. Temos, ainda, conhecimento que os senhores vereadores da oposição têm pedido diversa informação e acesso a documentação que não tem sido entregue, ou é entregue com muito atraso, pelo que parece que este é um procedimento habitual deste executivo, mais parecendo que não querem que se tenha conhecimento de tudo. Por tudo isto se verifica que não está a ser cumprido o regimento, mesmo pelo senhor presidente da mesa, pois que lhe foram dirigidos, pelo menos, dois requerimentos com pedidos de informação à Câmara Municipal, um em 26/04/2019 e outro em 28/06/2019, que, nos termos do artigo 21º, n.º 1 o) o senhor presidente deveria encaminhar à Câmara Municipal, providenciando pela resposta em tempo útil de modo a serem entregues e apreciados na sessão seguinte da Assembleia Municipal, creio que o senhor presidente da mesa entregou tais pedidos. O que é certo é que nunca chegaram ao nosso conhecimento nas sessões seguintes quaisquer respostas, nem tendo o senhor presidente informado os membros dessa recusa, por omissão, nos termos do artigo 21º, n.º 1 p) do Regimento e 29º, n.º 1 k) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para ser apreciada tal falta nos trabalhos da reunião seguinte. Só em fevereiro de 2020 é que nos foi entregue um documento que não responde a nada do que foi pedido. Por isso mesmo, informamos, desde já, senhor presidente da Assembleia Municipal, que iremos pedir, apesar de já fazer parte das suas competências, nos termos

dos citados artigos do Regimento e do artigo 29º, n.º 1 k) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que seja apreciada esta constante omissão nas respostas a dar à Assembleia na próxima sessão de Assembleia, sendo que é uma competência da Assembleia Municipal nos termos do artigo 25º, n.º 2 f) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, entendendo que a Câmara Municipal, por esta constante falta de respeito deve ser censurada, com um voto de protesto veemente feito por todos os membros, devendo o mesmo constar em ata e, que, no futuro tal situação não se venha a repetir.-----

António Dias – Excelentíssimos senhores presidente e mesa da assembleia, presidente da câmara, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Antes de mais, tenho a dizer que estamos num período de pandemia, Covid-19, onde foram realizadas, pela parte da Câmara Municipal, várias ações, algumas até em conjunto com a Junta de Freguesia de Talhadas. Em nome da junta, o meu bem-haja, pelo menos pela cedência de alguns produtos, entre os quais hipoclorito de sódio e máscaras. Em termos de desinfeção das ruas e locais públicos, tenho a dizer que a Junta de Talhadas foi pioneira, fomos a primeira junta a realizar o trabalho e apenas um a parte aqui para a Câmara Municipal, porque começaram aqui pelos caixotes do lixo, pelos contentores bem perto de onde nós estamos, e eu tenho a dizer que os caixotes do lixo não é só quando há Covid-19, devia ser pelo menos uma vez por mês porque, muitas vezes, o cheiro é nauseabundo. Por outro lado, também faz a desinfeção aqui no centro da vila e eu, por acaso, fiz em Talhadas, mas se calhar ficava bem à Câmara ter feito logo em todo o lado. Tenho, também, a salientar pela positiva que o líder do CDS esteve no concelho para ouvir e propor algumas propostas, tanto aos produtores do mirtilo como aos comerciantes do mirtilo no concelho, portanto, espero que outros líderes também façam o mesmo. Também inicio pelo agradecimento à Câmara Municipal por estar, neste momento, a repavimentar, finalmente, a estrada na zona industrial de Talhadas. Já estava há vários anos a necessitar e está quase concluída. Eu agora, por outro lado, preciso das respostas que ainda não tive nas assembleias anteriores em que estive presente, portanto, estou a falar das estradas da freguesia - Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, 333 à Vide, Doninhas à Macida, Ereira à Vide, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Gostava de ter uma palavra, aqui, do senhor presidente, uma vez que, pelo que vi nas contas transitam um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil euros, portanto, se calhar algum dinheiro dá para lá e para outras freguesias. Depois, eu já chamei a atenção do senhor vereador, há um berbicacho, digamos assim, houve um talude, na E.N. 333, sensivelmente em frente ao posto de combustível de Talhadas, que ruiu, salvo erro, com o inverno. Esse talude está a pôr em causa tanto as pessoas como bens e eu quer-me parecer que, um dia destes, vai um carro ligeiro, ou algum camião, estacionar e vai lá abaixo e vai andar vinte ou trinta metros aos tombos. Quero chamar a atenção para isso aqui, porque ainda agora foi a feira e aquilo está um perigo. Depois, eu gostava de saber, do presidente da Câmara, quando é que reúne o Conselho Municipal de Educação, uma vez que falou, na última reunião, em Pessegueiro do Vouga, que só poderiam decidir sobre um centro escolar em Talhadas quando reunisse o Conselho Municipal de Educação, portanto, gostava que me dissesse alguma coisa sobre isso. Eu tenho tido pedido, de várias pessoas da freguesia, sobre lombas de sinalização em vários lugares. Julgo que já comuniquei alguns. É óbvio que, alguns, eu também sei que não ficam bem, mas por outro lado, há algumas zonas que são mesmo muito perigosas, sobretudo ao pé da escola e mais uma ou duas ruas. Também gostava de saber o ponto de situação em relação ao alargamento da zona industrial de Talhadas, uma vez que já o solicitei e ainda não obtive resposta. Tenho reparado, várias vezes, em Paradela do Vouga, junto à ponte Abade Santiago, havia vários sinais em conjunto e aquilo está caído. Não sei se a responsabilidade é da Estradas de Portugal ou da Câmara Municipal. Sei que as placas que lá tinha, no cruzamento em frente à Galp, diziam Aveiro, Talhadas, Ecopista, Anta e Necrópole Megalítica. Gostava de saber, não sei se a estrada é vossa, se não for peço desculpa por estar aqui a chatear, mas, por outro lado, se não for vossa, que façam as

diligências necessárias para que aquela sinalização seja reposta. Por outro lado, gostava de saber qual o ponto de situação do Orçamento Participativo que foi vencedor no ano passado, uma vez que a Cascata de Água D'Alte continua igual. A Junta de Freguesia já negociou lá um terreno para se proceder a essa obra, portanto, gostava de saber qual o ponto de situação. A seguir, praia fluvial do Alfusqueiro, falaram aqui e muito bem, o senhor presidente disse e muito bem, as juntas têm, de acordo com os protocolos que estabelecemos, que limpar duas ou três vezes, sejam as que forem necessárias. Nós limpámos em abril, sei que a Câmara começou esta semana lá a colocar proteção de madeira e eu pedia aqui, ao senhor presidente, uma vez que já há lá vários banhistas, se garante que há máxima segurança e proteção aos vários visitantes e banhistas que ali se deslocam. Aquilo tem lá umas paredes que estão em risco de ruir e, se ruir, de quem é a responsabilidade? Agora, quase a terminar, lixo no contentor que fica no parque de estacionamento da feira. No domingo decorreu a feira mensal e o contentor tinha alguns sacos de lixo. Como não conseguia acolher todos os sacos de lixo que as pessoas assim necessitaram de colocar, pasme-se na terça-feira foram os funcionários da Câmara recolher o lixo e só recolheram o lixo que estava dentro do contentor e deixaram os sacos de lixo que estavam cá fora e desviaram o contentor do sítio. Eu pergunto, isto é a brincar? Eu, por acaso, enviei um e-mail quando vi aquilo, porque várias pessoas me chamaram à atenção. Se não é para levar o lixo então o que é que lá foram fazer? Por fim, a freguesia de Talhadas abriu o Espaço Cidadão em Talhadas e eu gostava de saber, senhor presidente da Câmara, se é possível, uma vez que várias pessoas têm questionado, atribuírem, se possível, um terminal de pagamento automático, algo do género, para pagamento do lixo e para, também, as faturas de saneamento, uma vez que várias pessoas da freguesia não tem cartões de multibanco e têm que pagar em dinheiro e não é aceite em qualquer lado.-----

Renata Marques – Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos vereadores da Câmara Municipal, Excelentíssimos senhores presidentes das juntas, excelentíssimos senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança. Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades. Continuamente vemos novidades, diferentes em tudo da esperança, do mal ficam as mágoas na lembrança, e do bem, se algum houve, as saudades. De Luís Vaz de Camões. Meus senhores, vivemos um tempo sem precedentes. Uma pandemia que condicionou radicalmente as nossas vidas e cujas consequências estamos ainda longe de mensurar. Atingindo todos os domínios da nossa vida comum. Sabendo que não regressaremos ao ponto em que estávamos quando esta tempestade rebentou. “Saudinha, saudinha é o que é preciso” nunca teve tanto significado como agora. A saúde pública é um bem prioritário, essencial ao ser humano. E a nossa prioridade é o bem-estar da nossa sociedade. Todas as vidas contam, a maior riqueza que temos na nossa vida, sejam lá quais forem as nossas ambições são os nossos, as pessoas da nossa vida, os nossos vizinhos, aqueles que estão lá por nós, os que nos elegem e é a eles que temos a obrigação de proteger. Apesar das dificuldades iniciais, quando a tempestade se abateu no nosso “jardim” (concelho de Sever do Vouga), não estávamos preparados, nem nós nem o mundo! Sendo que este é um problema gravíssimo mundial. Relembro os esforços contínuos do executivo em negociar testes para que pudéssemos, pelo menos proteger os nossos idosos, dizia a DGS e OMS serem os mais atingidos. Os testes foram negociados, os equipamentos foram arrançados, um hospital de campanha foi rapidamente montado. O executivo foi incansável, até ao domingo foram montadas instalações para os casos que testaram covid positivo e tinham que ser isolados. Esforços contínuos de apoio às IPSS. Desinfestações que constam no relatório cedido), todas absolutamente essenciais, prevenindo o aumento de infetados permitindo que o nosso sistema de saúde fosse capaz de tratar os nossos doentes. Nesta guerra perdemos vidas, dos nossos, lamento, os meus sentimentos as famílias. O desconfinamento, que agora nos permite aqui reunir, e começar a reerguer as nossas empresas e o nosso comércio tem de ser cuidado, pensado e nada descuidado. Temos que ter estratégias de reerguimento da

nossa economia, mas não nos podemos descuidar. Nunca, nunca, facilitar. Até porque os nossos casos estão a aumentar (o que se esperava não só a nível local como nacional). Assim me despeço, saúde para todos.-----

Alexandre Machado – Excelentíssimo senhor presidente da assembleia e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e seus vereadores, membros desta assembleia, público e jornalistas. Venho, em meu nome, em nome da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, da qual faço parte, agradecer todo o apoio que a Câmara Municipal prestou e ainda presta à instituição, bem como a todos os funcionários da Câmara, pois foram incansáveis, neste momento difícil, pelo qual atravessamos. Não estou a dizer isto porque me apetece fazer um discurso político. Faço esta declaração num testemunho sentido pelo esforço feito pela autarquia, na pessoa do senhor presidente e dos seus vereadores que foram incansáveis para que nada nos faltasse, desde um simples par de luvas a demais equipamento de proteção; camas, tendas, refeições e até recursos humanos. O mesmo não se pode dizer de alguns que, apesar de nada fazerem em prol da sociedade ainda têm o descaramento de emitirem opiniões de forma pejorativa e sem fundamento crítico. A Fundação nunca abandonará os seus funcionários, utentes e amigos. Queria, também, em meu nome e em nome da instituição, agradecer aos voluntários que estiveram na fundação neste período difícil, bem como àqueles que se disponibilizaram a trabalhar, mesmo sabendo que corriam riscos para os próprios e para os seus familiares. Queria agradecer, ainda, a quatro entidades concelhias, duas delas que, solidariamente, nos cederam fatos, ao Rotary Club Sever do Vouga, à Seveme, através da enfermeira Verónica Rodrigues, à Carpintaria Fernandes, à Conforteam e, ainda, aos municípios que, em nome individual, quiseram demonstrar a sua solidariedade. As irmãs Cristina e Groelia Figueiredo e a Marco Dias que forneceram, por esta ordem, lençóis e viseiras. Aos bombeiros voluntários de Sever do Vouga, o meu muito obrigado pelo apoio e atenção prestados, assim como à GNR e, em particular, ao grupo dos jipes de Pombal, através da Proteção Civil da Câmara Municipal. A 12 de abril, para muitos um dia de descanso e de festa em família, domingo de Páscoa, para muitos de nós, aqui presentes, foi o pior dia das nossas vidas em termos de ansiedade. Neste dia, soubemos que quinze dos nossos quarenta residentes estavam positivos e todas as entidades acima referidas estiveram ao nosso lado de forma incansável para nos ajudar a assegurar a transferência, em segurança, dos nossos idosos. Não poderia deixar de agradecer aos colaboradores da fundação, àqueles que, apesar do medo e do risco, continuaram a prestar o seu melhor, garantindo o conforto e bem-estar dos nossos utentes e da comunidade a quem prestamos apoio. Atualização de dados à data do último teste, do dia 8 de junho: 8 curados, 7 positivos, 4 óbitos a lamentar. Para que não escrevam coisas que não devem, perguntem. Mas, uma coisa vos posso dizer, depois de toda esta situação pela qual passamos e estamos a ultrapassar, de todo o apoio que nos foi dado, só me resta agradecer a todos aqueles que nunca, mas nunca, nos abandonaram naquele que terá sido o pior momento da instituição. Muito obrigado e saúde para todos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção de Paulo Lourenço, não é que nós não gostássemos de fazer isso tudo, gostaríamos, com certeza, não sei é como é que o fazemos com os orçamentos que temos aqui e com a dificuldade, muitas vezes, da sua aprovação e da sua alteração em determinadas situações. Não é possível conseguirmos colocar rails e muros de proteção em todos os espaços que estão a ameaçar perigo e há muitos, nós sabemos disso. Vamos fazendo, atendendo aos casos mais complicados, porque não há dinheiro para tudo. Sabemos que é necessário colocar lombas em determinados sítios e o senhor presidente da Junta de Pessegueiro do Vouga é uma das pessoas que tem insistido com isso, pelo que vamos colocar uma agora. Infelizmente, e contrariamente àquilo que era minha expectativa, o valor de uma só lomba é de cerca de sete mil e quinhentos a oito mil euros. Ora, se colocarmos sete ou oito lombas em cada estrada onde elas são precisas já, de repente esgotamos o orçamento só em lombas. Portanto, as coisas têm que se feitas gradualmente, por prioridades, e é isso que vamos

fazendo, também com as obras. Quando elaboramos o orçamento e o plano é tendo em conta as prioridades. As cinco obras prioritárias foram definidas e trabalhadas com as juntas e com os membros dos partidos. É por aqui que se afinam as prioridades tendo em conta o orçamento que temos e o que não temos. Não podemos fazer “*omelete sem ovos*”, temos que fazer dentro daquilo que é o nosso orçamento priorizando as intervenções, como é óbvio. Sobre as grades no rio e afins, é preciso fazer isso com calma, muitas vezes aguardando sempre que haja novas candidaturas em que haja possibilidade de sermos participados, porque fica muito mais barato do que ser o orçamento municipal a suportar tudo isso. Relativamente à estrada do Rio Mau ao Braçal, trata-se de um estradão de terra batida, e eu já passei lá montes de vezes, por acaso, com o meu carro. É evidente que, se vamos numa estrada de terra batida com buracos e irregularidades, não podemos andar como se vai na estrada. Aquela estrada não é para servir povoações, é apenas para o mato e para os terrenos de eucaliptos. A avenida Comendador Augusto Martins Pereira é a mesma história. Gostaríamos de fazer a avenida até à zona industrial, assim como toda a zona industrial e a estrada de Nogueira, mas temos que ir conforme as possibilidades. Nesta altura, repavimentou-se parte da avenida, que era a que estava mais degradada e lá chegará a altura de ir aos outros locais, conforme o seu estado. Relativamente à intervenção de Diana Paiva, gostava que colocasse as questões por escrito, novamente, porque eu continuo a não perceber onde é que nós não respondemos, nem que tipo de relatório quer. Faça chegar discriminadamente o que é que falta naquilo que foi entregue. Eu lamento a entrega tardia disso e peço desculpa pelo mesmo. Relativamente ao conteúdo do relatório, penso que é o essencial daquilo que pediam na altura, não estou a ver o que é que querem mais no relatório de execução da empreitada. Além disso, os senhores vereadores têm pedido para procurar os processos e estão à vontade para consultar os processos na Câmara. Relativamente à intervenção de António Dias, a senhora vereadora registou a situação dos contentores. Eu sei daquilo que se passou naqueles contentores, isso acontece de vez em quando. Tomaríamos nós que, em quase seiscentos contentores que temos por aí espalhados, só aparecesse um caído de vez em quando. Sabemos que isso acontece e, às vezes, nem é por má fé, algumas vezes até o vento os tombam em alguns locais. Tivemos alguns problemas na recolha por falta de equipas porque estamos num processo de organização da recolha dos RSU, em conjunto com mais três municípios, e o primeiro concurso ficou deserto porque não teve concorrentes. Estamos a preparar tudo para repetir o procedimento do concurso em conjunto com os municípios de Águeda, Estarreja e Murtosa, criando dimensão, para ver se conseguimos ter um melhor serviço, mas, eu costumo dizer que para melhor é difícil irmos. Nós, até agora, mantivemos sempre aqui este serviço na Câmara e feito pelo nosso pessoal. Estamos, realmente, numa situação de dificuldade por falta de pessoal. Nós abrimos concurso para motoristas e ninguém concorre porque não querem ganhar seiscentos e tal euros, que é quanto ganha alguém na entrada para a administração autárquica. Temos estas dificuldades todas, mas, eu penso que, ainda assim, o serviço satisfaz. Sobre as desinfecções, as mesmas foram feitas várias vezes, senhor presidente da Junta de Talhadas. Não foi apenas aqui e não foi só uma vez. Fizemos desinfecções mais fortes e repetidas durante a pandemia em todos os locais do concelho, muitas vezes nos centros de freguesia, naqueles mais utilizados. Quanto à zona industrial de Talhadas, não sei quais são os desenvolvimentos em relação à ampliação, isso está com a senhora vereadora. No fim da minha intervenção peço-lhe que diga alguma coisa sobre isto. A zona industrial de Talhadas era uma daquelas prioridades, era um piso que estava muito degradado, portanto, vamos avançando conforme as prioridades porque não se pode estar em todo o lado ao mesmo tempo, nem é possível fazer tudo. O Conselho Municipal de Educação já reuniu, há cerca de um mês, para decidirmos os aspetos tendentes à abertura do novo ano letivo. Por causa da reorganização, quer das turmas, quer das escolas, quer dos transportes, quer do realojamento do novo centro escolar. Isto não impede que não se convoque uma reunião específica para discutir a reorganização dos edifícios, também.

Mas, neste caso já foram feitas as reorganizações dos edifícios e das turmas, dos anos e das frequências dos vários espaços para o próximo ano letivo que, mesmo assim, ainda não sabemos se irá funcionar daquela forma. Se as coisas evoluírem como estão a evoluir, o mais provável é que nem vá funcionar assim porque, em vez de agruparmos alunos vamos distanciá-los e manter turmas mais pequenas. Estarão para sair essas orientações. Sobre o cruzamento da ponte de Pessegueiro, temos uma visita ao local, marcada para terça-feira, com a senhora Diretora de Estradas de Aveiro e tem a ver com uma adaptação que se pretende fazer naquela curva para permitir a passagem dos camiões ainda maiores do que aqueles que habitualmente lá passam do transporte das torres eólicas. Temos de fazer adaptações em algumas curvas e alguns espaços ao longo da via desde os Padrões até à A25. Aquilo está assim porque, possivelmente, foi um camião que tocou naquilo e levou a sinalética. Naquele espaço, possivelmente vai entrar uma outra vedação que seja amovível porque se não, cada vez que um camião lá toca manda o muro abaixo. Já está estudada a execução de uma estrutura metálica, tipo ponte levadiça, que leva umas dobradiças e encolhe quando passam os camiões e depois retrai. Sobre o Orçamento Participativo, deduzo que não tenham lido toda a comunicação, porque a mesma apresenta o andamento das obras daquelas que foram definidas como prioritárias e a obra relativa ao Orçamento Participativo, que está em elaboração na plataforma, portanto, isto já está na contratação pública para contratualizar com uma empresa que vai fazer isso. Em relação à intervenção de Renata Marques, vou só agradecer algumas palavras e o mesmo para a intervenção de Alexandre Machado, e, no que nos toca, agradecer. Essa é a nossa função, é para isso que cá estamos e reconheço, tal como ele, que se viveram momentos drásticos, terríveis, até antes disso, logo a partir do dia 13 de março começou a azáfama e a confusão e o medo, em muitos casos, o terror instalado, portanto, fica aqui a nota.-----

Elisabete Henriques – Boa tarde a todos. Em relação à zona industrial de Talhadas, recebemos, da parte da junta, uma contraproposta com a área que pretendiam. Esta proposta foi enviada a CCDR para apreciação e ainda não obtivemos resposta.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado senhor presidente. Queria cumprimentá-lo a si e aos restantes membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, restante público e comunicação social. Gostava de valorizar este momento em que nós, no fundo, saímos de confinamento para podermos estar aqui nesta assembleia. É bem verdade que o mundo passou a ser mais digital, mas eu creio que não há nada que possa chegar ao presencial e à discussão dos temas entre pessoas. Eu vinha aqui apenas ler a moção que o CDS traz a esta assembleia. Depois da intervenção do senhor presidente da câmara, eu gostava de fazer um esclarecimento sobre a referência à ausência de propostas positivas ou que possam ter ajudado esta assembleia a tomar decisões positivas e este executivo, também, a tomar decisões positivas. É bem verdade que nós estamos em confinamento há cerca de três meses, mas há um fenómeno que, também, aconteceu há quase três anos e há uma série de mudanças que ocorreram na política severense. O balanço que eu faço à data de hoje é um balanço muito positivo. Eu creio que o CDS, se há coisa que tem feito é contribuir para a melhoria da sociedade civil, sendo que nós consideramos a sociedade civil como o agregado de todos os seus elementos e não apenas de alguns. Isto pode ser facilmente pesquisável nas atas desta Assembleia Municipal. Para nós não perdermos muito tempo, certamente se utilizarmos o Microsoft Word basta colocarmos CDS na parte do localizador e poderão encontrar aquilo que têm sido as nossas propostas e poderão, também, senhor presidente, poderá consultar o seu e-mail, nomeadamente no dia 21 de março, às 17:55, ao qual respondeu no mesmo dia às 22:37 com as propostas que lhe foram enviadas pelo CDS. Obviamente não vou estar a ler o e-mail na sua totalidade porque é um pouco longo, mas ele inicia-se com “Caríssimos senhores, antes de mais agradeço a vossa preocupação, solidariedade e disponibilidade, bem como os contributos apresentados para o reforço de medidas que favoreçam a prevenção e proteção deste flagelo provocado pelo Covid-19”. Portanto, gostava de fazer aqui este esclarecimento, no fundo em resposta que foi também

a sua resposta ao meu colega António Carlos Monteiro. Lendo, então, a moção que eu considero que é pacífica, que não oferece grandes dúvidas, creio, também, que a sua aprovação também não trará grandes dúvidas, a não ser que nós olhemos para ela do ponto de vista estratégico ou político. Eu creio que ela é válida e, no fundo, tenta alcançar pessoas comuns que não estão abrangidas por uma medida desta Câmara Municipal. Passo, então, a ler:-----

“Considerando a situação vivida no país e no mundo, provocada pela doença denominada Covid-19, e às dificuldades económicas que atravessa a maioria da população e o nosso concelho não foi exceção;-----

Considerando que, durante este período, os Severenses foram obrigados a manterem-se confinados nas suas casas, gastando assim mais água e estando a taxa de RSU ligada diretamente ao consumo de água;-----

Considerando, também, que muitas famílias tiveram substanciais perdas de rendimento em virtude do surto da pandemia de Covid-19 e dado que a Câmara Municipal apenas isentou do pagamento de taxa de RSU o setor comercial e as suas empresas.-----

A Assembleia Municipal propõe à Câmara Municipal que proceda à isenção da taxa de RSU para todas as famílias severenses, durante os meses de confinamento, março, abril e maio, procedendo à restituição das tarifas cobradas desde o momento de início de estado de emergência, por compensação nas faturas seguintes.”-----

Presidente da Câmara Municipal – A moção vai à Câmara para ser apreciada a possibilidade. Só uma referência, nem todas as faturas RSU são afetas à fatura da água, há muitas delas que são cobradas em separado. Aliás, há dias, tivemos oportunidade, na reunião de Câmara, de referir isso, o que até beneficia o pagador porque quem tem a fatura afeta à água paga menos, em percentagem, do que se pagar a fatura individualizada. É um incentivo para que a tenham junto à da água, mas há muitos munícipes que não têm a fatura na da água.-----

Sérgio Silva entregou um requerimento, por escrito, ao presidente da Assembleia Municipal, contendo a pergunta colocada, por si, e à qual não obteve uma resposta.----- O presidente da Assembleia Municipal colocou a moção do CDS à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria.-----

Quinze votos a favor: Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Onze abstenções: Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Dois votos contra: Belmiro Marques e David Alves.-----

Ana Mendes apresentou a seguinte declaração de voto – Os meus cumprimentos à mesa, aos senhores vereadores, a todos aqui presentes. Nós entendemos que a medida, na essência, pode ser boa. É boa. Tudo aquilo que permite aos severenses arrecadar alguma poupança para os seus custos é bom e é importante, no entanto, achamos que essa medida deve ser ponderada. O orçamento deve ter em consideração que há muita obra que é necessário fazer, que há muitos outros apoios que é necessário prestar e este valor, sendo um valor relativamente baixo, deve ser um valor que deve ser sopesado se não terá efeito, embora baixo afeta todas as casas, noutras medidas que sendo outro tipo de apoio concreto para pessoas que, efetivamente, dele carecem e precisam, ou, no apoio, até, ao emprego. Não é muito mais benéfico do que, propriamente, retirar a toda a comunidade, sem exceção, uma vez que, embora esta seja uma situação muito difícil, também sabemos que nem todos foram afetados em igual medida.-----

Tony Martins apresentou a seguinte declaração de voto – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa. A declaração de voto da bancada do PSD tem a ver com o seguinte facto: essa moção vai ao encontro de tudo o que nós temos vindo a dizer, inclusive hoje, aqui nesta assembleia e entendemos que,

embora seja pouco, é mais um passo que tem que ser dado nas medidas para apoiar os cidadãos de Sever do Vouga.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto – Muito obrigado, senhor presidente, apenas uma declaração de voto muito curta, dizendo que, esta moção foi apresentada exatamente no mesmo espírito em que as sugestões do CDS foram endereçadas, por e-mail, ao senhor presidente da Câmara, e-mail esse que o senhor presidente da Câmara agradeceu e deixou, também, um outro sinal que é importante, é que, em alturas de crise, como aquela que nós atravessamos, é importante que saibamos todos cooperar uns com os outros, muitos casos esquecendo aquilo que é a nossa coloração partidária e ter a noção, também, de que estes sinais são fundamentais para a comunidade. A ideia de que todo o dinheiro que pudermos deixar na mão dos nossos concidadãos que, hoje em dia, passam tremendas dificuldades, pode parecer pouco ao município que digere, como é evidente, um orçamento de milhões, mas para os nossos concidadãos, às vezes, qualquer euro conta e nós devemos ter isso presente na nossa cabeça.-----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Na sequência da informação escrita, onde consta um relato sobre a atividade da CPCJ durante este período, e como fui eleita por esta casa para esta, quero dar a conhecer o seguinte. Senhor presidente, tivemos hoje reunião da Comissão Alargada da CPCJ e quero dar a conhecer que as condições em que aquela reúne não são condignas, são 17 os membros que reúnem, mensalmente, num espaço exíguo, num corredor de acesso aos gabinetes. Em tempo de Pandemia, foi um pandemónio, não reunimos em março e abril, por motivos óbvios, e, voltamos a reunir em maio, naquele mesmo espaço, em clara violação do estipulado pela DGS. Fiquei a saber que o Município, que quer a CPCJ a trabalhar neste concelho, não foi capaz de encontrar um espaço amplo o suficiente que permitisse uma reunião que respeitasse o afastamento entre os elementos. Primeiro foi pedido o espaço do CAE e informaram que não era possível porque estava fechado, depois, foi a sala polivalente da biblioteca que também não foi possível porque havia necessidade de fazer quarentena aos livros, sendo que não percebi este argumento, pois aquela sala tem estado sempre vazia. Hoje, mais uma reunião naquele espaço, sendo que poderá ter que se avançar para reuniões online, por isso haverá que dotar a CPCJ de meios para o fazer, nomeadamente, câmaras e microfones.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado mais uma vez, senhor presidente. Relativamente à informação escrita, gostava de deixar aqui uma reflexão que às obras diz respeito, pela análise comparativa que fiz com aquilo que foi a informação escrita trazida a este órgão no dia 28 de fevereiro, se não estou em erro, reportava-se esta informação escrita ao dia 21 de fevereiro. Aquilo que eu noto é que desapareceram obras daquilo que era a informação escrita desse dia de 28 de fevereiro e desapareceram, também, taxas de execução. Não sei qual a razão, não sei se, eventualmente, foi um erro técnico ou se há alguma razão para que estas taxas de execução tenham desaparecido, mas talvez seja bom e talvez seja o momento ideal para recuperarmos um pouco a nossa memória e analisarmos o histórico. Há aqui uma obra em particular, Centro Escolar de Sever do Vouga, que se mantém. A taxa de execução em 28 de fevereiro era de 60,61%, o fim da obra estava previsto para 30 de junho de 2020 e, neste momento, não temos a taxa de execução e aparece aqui uma data de 31 de agosto de 2020. O que é que terá contribuído para esta mudança de data? Depois, Cemitério de Sever do Vouga, abertura de covas, em 28 de fevereiro tinha uma taxa de execução de 69,84%. Qual é o ponto de situação relativamente a esta obra neste momento? Depois, Reparação de Pequenos Troços e Largos III, isto era uma obra da Paviazeméis, em 28 de fevereiro nós tínhamos uma taxa de execução de 83,04%. O fim da

obra estava apontado para o dia 17 de janeiro de 2019. Estavam previstas penalizações diárias associadas a esta obra e, à data de hoje, qual é o ponto de situação sobre a Reparação de Pequenos Troços e Largos III? Remodelação do Edifício Sede, no dia 28 de fevereiro tínhamos 73,09% de taxa de execução. O fim da obra estava previsto para 20 de fevereiro de 2020. Qual o ponto de situação? Qualificação do Espaço Público – II Fase, em 28 de fevereiro tinha 47,12% de taxa de execução. O fim da obra era 1 de abril de 2020. Tendo em conta que esta data já passou, qual o ponto de situação? Plataforma Elevatória do Centro das Artes e do Espectáculo, em 28 de fevereiro tinha 40,16% de taxa de execução. O fim da obra era 05 de julho de 2020. À data de hoje, qual é o ponto de situação, tendo em conta que não está nesta informação escrita. Reabilitação da Fíveda, em 28 de fevereiro tinha 0% de taxa de execução. O fim da obra era 08 de março de 2020. Qual o ponto de situação? Muro da Cruz às Almas em Couto de Esteves, em 28 de fevereiro tinha 62,16% de taxa de execução. O fim da obra era 25 de março de 2020. Qual o ponto de situação? Muro na Estrada Nacional n.º 328, em 28 de fevereiro tinha 0% taxa de execução. O fim da obra era 10 de abril de 2020. Qual o ponto de situação? Portanto, eram estes, no fundo, os meus pedidos de esclarecimento relativamente à informação escrita e à ausência de alguma informação que eu considero que poderia estar escrita.-----

Paula Coutinho – Boa tarde, reitero os cumprimentos de há bocado. Relativamente à comunicação escrita do senhor presidente, tenho a dizer que esta já teve melhores dias. Quando iniciámos este mandato a comunicação escrita estava num nível muito baixo. Entretanto, foi melhorando. Voltando, nesta assembleia, a níveis muito baixos. Falta de informação. Toda a informação constante nesta informação escrita é muito superficial. Meu caro executivo, e na pessoa do senhor presidente, a culpa é de quem? Não vai culpar, como fez há bocado, as juntas e como fez, noutras circunstâncias, as empresas que não avançam com as obras. Dizer, ainda relativamente a esta informação escrita, que não fala, por exemplo, do mirtilo. O que é feito em prol da sua divulgação? Não podemos esquecer que somos a capital do mirtilo e vivemos tempos difíceis. Verificamos que houve uma renovação do site da Câmara. No entanto, pouco ou nada fala do nosso pequeno fruto, da produção, da comercialização, o que é aceitável para uma capital do mirtilo. Numa era cada vez mais digital é imprescindível haver uma presença assídua no sítio da internet. Na recolha do lixo, já aqui foi falado em intervenções anteriores, que a mesma estava à espera de novo lançamento da obra. O senhor presidente também disse, há bocado, que não foi possível a adjudicação da recolha do lixo. O estado do lixo no concelho é caótico. Existem contentores a abarrotar e não é feita a higienização, conforme aqui também já foi falado. O senhor presidente disse, há bocado, que iríamos fazer a adjudicação, como também já foi falado noutras assembleias, mas disse uma coisa que a mim me estranhou, que é, para melhor ninguém vai. Então para que é que se está a fazer uma adjudicação se o senhor presidente já está com esse pé atrás relativamente ao serviço? Para acontecer como já tem acontecido noutros serviços adjudicados? Relativamente ao encerramento da Extensão de Saúde de Silva Escura, chegou a mim que o mesmo iria encerrar no final do mês. Isto é verdade? Esta questão já foi colocada na outra assembleia municipal e o senhor presidente disse que isso não ia acontecer. Gostaria de saber como é que se encontra essa situação. O que já foi feito para avançar com o Plano Municipal de Saúde? Todas estas questões são omissas na informação escrita do senhor presidente, pelo que pressuponho que nada está a ser feito. Também tenho a dizer que, ao longo do tempo, temos verificado que as obras neste município são um grande problema. Um grande problema, mesmo, se negam informação. Reparem, na última assembleia municipal, pedimos que a informação constante sobre as obras em execução, para além de conter a execução financeira, mencionasse, também, a execução física. Qual é o nosso espanto ao ler este documento que não só não tem a execução financeira como também não tem a execução física como havia sido solicitado. Como deixou de conter isso tudo e o que é que aconteceu para isso acontecer ou para essa não informação? Relativamente às obras,

propriamente ditas, nomeadamente o Centro Escolar, vai ou não estar pronto para o próximo ano letivo? Pelo que vemos, já houve mais uma prorrogação do prazo. Efetivamente, os prazos, para este executivo, não são para cumprir. Depois, claro, registam-se diminuições na execução orçamental porque não existe estratégia que vise o desenvolvimento do concelho, apenas a sobrevivência política deste executivo que não passa de uma gestão corrente sem investimento, sem desenvolvimento, sem apostas nas pessoas e nas suas gentes.-----

Ana Tavares – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, excelentíssimos presidentes de junta e público aqui presente. A informação escrita que recebemos menciona que o novo centro escolar estará terminado em 31 de agosto de 2020, data que se vem arrastando, como é do conhecimento desta assembleia. Todos conhecemos o anúncio do senhor Ministro da Educação, com a previsão de iniciar o próximo ano letivo de 14 a 17 de setembro. Sabemos, também, que o Conselho Municipal de Educação, deste município, reuniu e que, dessa reunião, resulta a intenção de que as nossas crianças iniciem as aulas nesse novo centro escolar ou, pelo menos, parte das crianças. Conhecidas estas informações, deixo aqui algumas questões que vários pais, e nós aqui na assembleia, gostaríamos de saber. Perceber o que é que o município está a fazer relativamente ao transporte destas crianças, ou seja, como é que ele será assegurado caso o ano letivo se inicie agora, mas, também se não for este ano será para o ano. As crianças que não frequentem, por exemplo, as chamadas AECs terão um transporte diferenciado ou serão obrigadas a permanecer todo o dia na escola, longe das suas famílias e das suas aldeias? Deixo aqui a minha opinião relativamente a este assunto, é que fazemos as coisas com calma, deixemos as nossas crianças tranquilas nas suas atuais escolas e que iniciaremos as aulas apenas no ano 2021/2022 no novo centro escolar. Eventualmente, talvez a escola aqui de Sever do Vouga, do Calvário, se possa mudar antes, talvez, porque a distância para as crianças não é muita e por ser a escola com piores condições, até porque as crianças têm que atravessar uma rua para almoçar. Uma outra sugestão que gostaria que fosse apreciada pelo executivo e que me parece importante era que esta câmara providenciasse os lanches gratuitos para todas as crianças do 1º ciclo e do pré-escolar. Podemos olhar para esta medida de várias formas. Uma das formas como podemos olhar para ela é que ajuda para que as crianças tenham uma alimentação saudável e que tenham determinados hábitos. E depois, também, dada esta situação de pandemia, penso que será uma grande ajuda para as famílias. Pode parecer que não, mas todos os dias, por exemplo, posso falar no meu caso, não é que tenha essa dificuldade, se calhar até consigo fazer isso bem, mas certas famílias não, eu tenho de preparar seis lanches por dia, um para a manhã e um para a tarde. Portanto, acho que seria importante o executivo pensar nessa sugestão dos lanches gratuitos e falar com dietistas ou nutricionistas que preparassem um plano e a câmara se organizasse nesse sentido. Se levarem esta sugestão em consideração, estou disponível para outras questões.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Eu confesso que, quando me inscrevi, uma vez que está previsto no regimento que haja intervenções intercaladas, contaria que já tivéssemos tido alguma resposta do senhor presidente da Câmara às perguntas que foram colocadas. De qualquer das formas, não deixarei de fazer a intervenção que iria fazer e esta informação escrita, como aqui já foi sublinhado, não só pelo meu colega de bancada Pedro Mendes, mas por várias pessoas que já aqui intervieram, falha naquilo que é fundamental, que é dar informação à Assembleia do que está a ser feito e é lamentável que assim seja porque tal acontece depois de termos, por sucessivas Assembleias, insistido. Depois, nós vemos que há uma melhoria que, logo a seguir, a tentativa, a vontade da Câmara é voltar a ocultar informação que já nos tinha sido dada. Ocultam as taxas de execução, não explicam porque razão é que deixaram de estar as taxas que já nos estavam a ser fornecidas e não são dadas as demais taxas que foram solicitadas. Aquilo que nós temos e que nos apercebemos pela informação escrita é que a

Câmara tem estado a fazer prorrogações de prazos de empreitadas e, meus amigos, tempo é dinheiro e, em empreitadas públicas, a prorrogação de prazo significa dinheiro. E, do mesmo modo que chamámos a atenção no que diz respeito ao Ecocentro, de que aquelas duas folhas de papel, que nos foram fornecidas, da última vez que reunimos, não eram um relatório do Ecocentro porque, não só não eram em papel timbrado, nem sequer indicavam em que qualidade é que eram assinadas, nem por quem. As perguntas que foram feitas são as mesmas perguntas que queremos fazer em relação ao Centro Escolar, em relação a todas as obras, já agora, às obras na sede, em todas as obras que tem havido prorrogações de prazos. Porque razão é que houve prorrogação, de quem foi a responsabilidade? Do empreiteiro, do projetista, do dono de obra, de quem fiscaliza a obra? E o senhor presidente da Câmara, até hoje, escusa-se a responder a estas mesmas perguntas. Portanto, estas são questões graves, do ponto de vista de transparência, pelo que eu aproveito, também, para perguntar ao senhor presidente da Câmara quando é que nós vamos ter aqui, debatido, na Assembleia Municipal, o plano de prevenção de corrupção e infrações conexas do município de Sever do Vouga? Aliás, o senhor presidente sabe, muito bem, que, na segunda-feira, tivemos reunião da assembleia intermunicipal da CIRA e esse plano foi lá apresentado, mas uma vez que, nós não temos a informação que os senhores são obrigados a dar-nos, e que insistem em não nos fornecer, eu tenho que lhe perguntar quando é que esse plano vem à Assembleia Municipal, porque é dever do município ter esse plano elaborado e trazê-lo, também, aqui, para que nós estejamos inteirados. Que medidas é que os senhores estão a tomar para prevenir aquilo que, evidentemente, carece de ser prevenido em todas as instituições e não há ninguém que esteja acima da lei nem ninguém que esteja acima daquilo que são os corretos procedimentos e que, infelizmente, nas informações escritas, os senhores insistem em não cumprir.-----

Presidente da Câmara Municipal – relativamente à intervenção de Diana Paiva, quero dizer-lhe que não tinha conhecimento dessa situação. Não tenho nenhum requerimento a pedir espaço nenhum para substituir o espaço atual para as reuniões da CPCJ. Lamento que assim seja e não vejo essa dificuldade em que a CPCJ possa reunir num outro espaço qualquer, felizmente temos aqui e na biblioteca ou no Vougapark. Desconhecia isso, é uma questão que não me foi requerida, nem solicitada. Vamos ver o que é que se passou com isso, porque é possível reunir noutros locais. Relativamente à intervenção de Pedro Mendes e, também, do Dr. António Carlos, algumas destas questões serão aqui respondidas da mesma forma. Muitas destas obras não apareceram aí porque, entretanto, grande parte delas terminaram, apanhando este período de elaboração da comunicação escrita, portanto já não há taxas de execução porque terminaram. Posso elencar uma data delas, por exemplo, o Muro da Cruz das Almas terminou há dois ou três dias, portanto, já não entrou aqui porque estava para ser fechado. Qualificação do Espaço Público – II Fase, já finalizou também, já tem o auto de receção provisória. Remodelação do Edifício Sede também já tem receção provisória, porque já terminou. Depois, algumas têm prorrogações de prazo, aprovada na última reunião de Câmara, que é o caso do Centro Escolar, em que aparece o prazo de 31 de agosto de 2020. Essa prorrogação foi solicitada pelo empreiteiro e existe a parte legal, baseada no facto de ter havido trabalhos a mais, que não podemos dificultar, porque a lei assim o prevê. Devo dizer que não vi, grande problema nessa prorrogação porque aquilo que nós tínhamos pedido era que fosse garantido que a obra estivesse concluída a tempo de colocar todo o mobiliário e equipamentos para que ela pudesse arrancar em setembro. Quanto ao arranque, e aproveito para responder a Ana Tavares, o que está previsto e o que nós alinhámos, na organização da rede, é que a escola abra em setembro quando abrirem as outras. A senhora diretora do Agrupamento de Escolas disse que não haveria qualquer problema em adiar o arranque dois ou três dias em relação à data de arranque anunciada pelo Ministro da Educação. Quanto a mim, acho que se terá precipitado a anunciar um prazo para isso, tendo em conta que não sabemos até que ponto a pandemia provocará alterações àquilo que vai ser o funcionamento da escola. Portanto, está previsto fazer o arranque do Centro Escolar em setembro, dentro do prazo

em que o ministério vier a ditar. Mas, tendo em conta aquilo que possa acontecer, em termos de pandemia, não sei se não vai ter que ser alterado e vamos ter que reduzir. O que está previsto de alunos para lá são muitos que não dá para separar em pequenos grupos, só com alterações de horário, portanto, tudo isso ainda não está decidido porque tem a ver com a evolução da pandemia. Os transportes vão ser organizadas tendo em conta todas essas alterações, ainda não estão definidos e decididos precisamente por causa da pandemia. Tem que se ver quem vem para o Centro Escolar. O que está previsto é que venham os de Dornelas, Pessegueiro do Vouga, Senhorinha e Silva Escura, mas pode não acontecer isso para já. De certeza que os alunos do Calvário irão para lá, e o resto vamos ver de acordo com a evolução da situação. Em relação à intervenção de Pedro Mendes, as taxas são avaliadas pelas fórmulas e conforme os autos de medição. Quando há um desfasamento na aprovação dos autos e a entrada deles no circuito depois do ajustamento, isso dá lapsos grandes de percentagens e foi por isso que elas não entraram aqui. Não tenho intenção nenhuma de esconder nada. As outras, foi por outros motivos, algumas foram suspensas e reativadas, que é o caso do edifício sede, que teve suspenso algum tempo, mas são suspensões legais e aprovadas em reunião de Câmara. Portanto, os prazos são alargados, alguns deles devido a prorrogações de prazo, que é o caso do Centro Escolar, ou a suspensões, que foi o caso em grande parte deles. Por exemplo, o caso da obra do muro na E.N. 328, que agora está a andar e está quase concluída, teve muito tempo suspensa porque aguardava a retirada de uns postes que estavam no meio do sítio onde ia haver a intervenção e foi complicado tratar disso com a Fibroglobal e a MEO. Por isso esta obra foi suspensa por causa disto, o empreiteiro não tinha condições para continuar em obra sem que elas saíssem de lá. Há determinadas situações que têm a ver com isso, com imponderáveis e com questões de fornecimento. -----

Nós tivemos problemas com o Covid-19 mesmo no Centro Escolar, que evoluiu relativamente bem nos últimos meses. Problemas esses relacionados com o fornecimento de equipamentos que vinham de Itália, alguns, nomeadamente equipamentos de ar condicionado, que estavam contratados e que, na altura, ficaram por ser entregues e que estive à espera de serem desbloqueados, dando origem a uma segunda prorrogação legal. - Sobre o mirtilo, já tomámos várias medidas que já estão em funcionamento e outras que estão a ser preparadas, nomeadamente ao nível da promoção e de tornar possível outros tipos de comercialização, tudo tratado com as devidas organizações de quem tem sido colhida informação sobre as necessidades que têm e que as veem mais prementes, portanto, temos andado a fazer apoio nesse sentido. Não só na produção, como o que fizemos com o apoio ao combate à *Drosophila*, mas, também, ao nível da promoção e publicitação através da criação de novos sites e a revalidação de outros, ou seja, tudo o que é trabalho nas redes de informação. Hoje, vamos discutir uma revisão orçamental e essa revisão orçamental, sendo prioritariamente para a afetação dos vários saldos, mas principalmente do saldo da gerência anterior, é para alocar a estas várias coisas que nós tínhamos e algumas coisas saíram dar cobertura àquelas prioridades que foram escolhidas e votadas no orçamento. ---- Em relação aos RSU, neste momento, temos apenas uma equipa a trabalhar na recolha do lixo e que faz trabalho que vocês não imaginam. Temos andado a tentar criar equipas, mas não temos gente a concorrer para reforçarmos este sistema. Daí eu dizer oxalá que venha a ser melhor do que era até aqui. Alguns municípios estão agora a associar-se nestas equipas para criar novos sistemas porque o que eles tinham não funcionava bem e alguns deles rescindiram contratos com as empresas de grande dimensão que faziam isso porque tinham muitos problemas. Relativamente ao Posto Médico de Silva Escura, falei hoje com o diretor do ACeS sobre diversos assuntos e ele garantiu-me que o encerramento do Posto Médico de Silva Escura não está nas ideias do ACeS porque é aquele que tem mais utentes. Pedi-lhe que me antecipasse a situação do médico, mas ele não tem nada oficial em relação à ida daquele médico para a reforma. Pedi-lhe que previssem isso com tempo para que não haja destas falhas. De maneira que, estamos atentos a isto e temos um Plano Municipal de Saúde que, também, entra hoje na revisão com mais um reforço porque aquele que

tínhamos afetado é insuficiente. Já tínhamos alertado para o facto de termos de reforçar várias rubricas e essa é uma delas. Tenho tido dificuldade em arranjar uma empresa de consultadoria que trabalha na área da saúde e que prepare o plano de saúde. Estamos a tratar disso para lançar o plano e ele irá tocar, também, na reorganização dos postos médicos. Sobre a sugestão dos lanches gratuitos, registei a mesma e vamos pensar nela. Relativamente à elaboração da comunicação escrita, devido à pandemia houve algumas demoras na entrega da informação dos serviços, portanto, é certo que isto tenha refletido de certa forma na organização deste documento. Eu vou dar mais atenção aos próximos documentos de informação, sendo certo que não podemos trazer para a comunicação escrita toda a informação daquilo que se faz e que vai à Câmara. Tentaremos ser mais objetivos e abranger mais informação.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Eu pedi a palavra para fazer uma interpelação à mesa porque o senhor presidente da mesa é quem representa toda a Assembleia, nomeadamente no relacionamento com a Câmara Municipal. O senhor presidente da Câmara acabou de assumir aqui, agora, que optou por retirar as percentagens de execução, que constavam antes do documento, por decisão dele, ou seja, omitiu informação a esta Assembleia Municipal. Mais, se há obras que foram concluídas, em que a sua taxa de execução passou a ser de cem por cento, o senhor presidente da Câmara tinha obrigação de manter essas obras e dar essa informação à Assembleia Municipal. Este documento, senhor presidente da mesa, é uma obrigação legal do senhor presidente que o senhor presidente não cumpriu. Portanto, cabe ao senhor presidente da mesa, e interpelava-o nesse sentido, de insistir com o senhor presidente da Câmara Municipal para nos fornecer esta informação escrita corrigida com a informação que nós estamos a pedir, designadamente as obras concluídas e a respetiva taxa de execução, a taxa de execução das obras que o senhor presidente da Câmara optou por não incluir no documento e que, depois, nos diz aqui mais ou menos, de cabeça, como é que são. Portanto, eu pedia ao senhor presidente da mesa, faço este requerimento oral, para que inste o senhor presidente da Câmara a enviar-nos este documento corrigido.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está feita a recomendação.-----

1.2 Relatório dos Atos Praticados ao Abrigo do “Regime Excecional para Promover a Capacidade de Resposta das Autarquias Locais no Âmbito da Pandemia da Doença Covid-19”: - Foi apresentado um relatório contendo os atos praticados ao abrigo do “Regime Excecional para Promover a Capacidade de Resposta das Autarquias Locais no Âmbito da Pandemia da Doença Covid-19”, para conhecimento do órgão deliberativo.-----

Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

Patrícia Santos – Renovo os cumprimentos de há pouco. Este relatório demonstra que afinal muito pode ser feito em pouco tempo e que as prioridades podem ser alteradas num piscar de olhos. A bancada do PSD na Assembleia Municipal de 26 de abril de 2019, apresentou uma moção aprovada por todas as bancadas, que visava uma parceria com um conjunto de entidades locais ligadas à área da saúde, como assistência social, as IPSS, os Bombeiros Voluntários, a GNR, os presidentes de junta e outras entidades que melhor conhecem a realidade do concelho. Na altura, salientamos a importância deste programa que iria ajudar a definir uma política de saúde municipal mais concertada e complementar às já definidas por outras entidades oficiais, pondo em prática ações com vista à prevenção da doença e promoção da saúde. Falo do Plano Municipal de Saúde. Plano esse que só foi acrescentado ao Orçamento Municipal, quando este foi chumbado e o executivo ouviu por fim as sugestões dos partidos, afim de assegurar a aprovação do novo orçamento. Se este plano tivesse sido valorizado e implementado mais cedo, provavelmente seria mais fácil, lidar com o imprevisto que é este vírus. Não seria a solução, mas era um bom ponto de partida. Apesar de este relatório estar bastante conciso, ressalta à vista algumas considerações. Primeiro, no dia 15 de abril, reuniu-se o Conselho Municipal da Proteção Civil. O presidente da União das Freguesias Cedrim e Paradela e o presidente da Junta de Rocas do Vouga, não estiveram presentes. É lapso de quem fez o relatório ou efetivamente

não estiveram na reunião? Bem sei que na segunda reunião, a 24 de abril, mais presidentes de junta não estiveram na reunião, devido falhas técnicas da videoconferência, nomeadamente no acesso à mesma. Foi isso o que impediu a presença dos presidentes de junta na primeira reunião? Estas reuniões são de extrema importância e deveriam ser periódicas enquanto existirem casos positivos no concelho. Segundo, o hospital de retaguarda irá manter-se até ao fim do surto, ou será desmontado? Uma vez que o material para o mesmo foi quase todo cedido, em que se justifica os vinte mil euros de despesa? Foi necessário o pagamento de taxa à Entidade Reguladora para a Saúde? Solicitamos um relatório mais detalhado destas despesas. Não está em causa o quanto é gasto para controlar e evitar o surto, mas sim a sua gestão, uma vez que sabemos que foram adquiridos itens a preços muito elevados face aos valores de mercado. O lema de remediar ao invés de prevenir muito típico deste executivo, tem de ser invertido de uma vez por todas. Terceiro, as máscaras distribuídas à população, e muito bem, deveriam vir acompanhadas de um folheto informativo, e porque não foram distribuídas máscaras também nas empresas? Quanto à comunicação externa, urge uma maior e melhor divulgação nas redes sociais por parte da Câmara Municipal. A página da Proteção Civil por si só não chega. Neste momento, regista-se um aumento do número de casos no concelho, quando o número deveria estar a estabilizar ou mesmo a diminuir. É o desconfinamento a justificação para o aumento? Isto porque as esplanadas dos bares estão cheias diariamente, sem distanciamento social, nem o uso obrigatório de máscaras. Estes ficam abertos até muito depois da hora aconselhada e dão festas onde se juntam muito mais do que as vinte pessoas previstas na lei. Bem sei que o civismo vem da educação e da consciência de cada um, mas é preciso controlar e antecipar estes cenários. Quem controla, a proteção civil, a GNR, ou todos vêm e ninguém intervém? O Covid-19 será tema até ser encontrada uma solução eficaz e definitiva e isso não irá acontecer tão cedo, portanto teremos de aprender a viver com um vírus que veio para ficar. Teremos que modificar prioridades e rotinas em prol da nossa saúde, adotar estilos de vida a uma realidade completamente oposta ao que conhecemos. Não será fácil para ninguém, sobretudo para quem tem porta aberta, mas é uma responsabilidade e um dever para o bem-estar social, no presente e para o futuro. O Covid-19 não pode, nem deve ser usado como desculpa para a inércia, para descurar todo o resto, desde as limpezas das infraestruturas, ao adiamento de obras essenciais, do apoio às empresas, do comércio e da agricultura, tão necessitados nestes tempos de incerteza, da proteção das famílias e dos nossos idosos que estão muito mais vulneráveis e solitários nestes tempos de adaptação. É tudo uma questão de redefinir prioridades, o lema tem de ser prevenir, para não remediar.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Nos, de alguma forma, já antecipámos parte da discussão relativa a este relatório no período de antes da ordem do dia porque quisemos separar aquilo que é motivo de consenso e, por nós, motivo de registo e, nalguns casos, também de elogio, daquilo que são as nossas preocupações e, nalguns casos, mesmo divergência. Há uma dificuldade que nós sentimos, por parte dos poderes públicos, em relação ao combate a esta doença. É que, na maioria das vezes, parece que se está a correr atrás do prejuízo em vez de se prevenir aquilo que são os riscos desta mesma doença. Portanto, eu não posso deixar de registar e de expressar aqui, na assembleia municipal, que tendo este surto começado em março, tendo a câmara municipal, na sua página divulgado o Plano Municipal de Emergência, e de ter tomado as suas primeiras diligências, o plano de contingência da câmara, no dia 10 de março, eu gostava de perceber porque razão o Conselho Municipal de Proteção Civil, com a presença dos senhores presidentes de junta só reúne 15 de abril de 2020. Estamos a falar mais de um mês depois de todos nós sabermos que a crise estava aqui, que havia um problema de saúde pública. Portanto, não percebo porque razão é que não foi logo das primeiras medidas que o senhor presidente da câmara tomou de proceder à reunião e de tomar aquilo que são as providencias com a colaboração dos senhores presidentes de junta, que são uma peça fundamental no combate a esta doença e naquilo que é o

acompanhamento das medidas junto das populações. Também não posso deixar de registar, com muita preocupação, aquilo que é a informação que nos é dada de um regulamento do Fundo de Emergência Social que nos é dito, aqui, que ainda está em preparação. Eu acho que, estando nós numa situação de crise de saúde pública que, como há pouco eu sublinhei, gerou, também, uma crise económica e está a gerar uma crise social, que um regulamento que, provavelmente, terá que vir aqui à assembleia municipal, como é que ainda está em preparação e como é que nós iremos a tempo de acudir quem, neste momento, já está a passar necessidades. Portanto, essa é a natureza da emergência, é que, se é uma emergência, temos que atuar com celeridade. E, dizer-se, nesta informação, que, neste momento, se estima a despesa em cerca de duzentos e cinquenta mil euros, que se houver uma segunda vaga, o segundo surto de infeções provocaria um aumento significativo de despesas imprevistas. Senhor presidente, eu estive na reunião do Infarmed, onde estive o senhor Presidente da República e o senhor Primeiro Ministro e por dois dos especialistas foi dito que que, neste momento, na região de Lisboa, nós já estamos, provavelmente, no início da segunda vaga ou segunda onda, como um deles preferiu definir. Portanto, nós temos riscos e estes riscos são riscos que nos afligem a todos. aquilo que eu gostaria, enquanto deputado municipal, é que pelo menos o senhor presidente nos dissesse, aqui, quais são as linhas deste regulamento e o ideal era já termos aqui uma proposta para podermos pronunciar-nos relativamente aos objetivos do mesmo. Por último, há pouco sublinhei aquilo que foi a demonstração de boa vontade do CDS em relação ao combate à pandemia e confesso que estranho algumas das despesas que aqui são apresentadas porque, como é público, por exemplo, o CDS disse que colocava à disposição de todas as autarquias locais as suas estruturas de propaganda política para que fossem utilizadas pelos municípios na divulgação das mensagens que entendessem relativas ao combate ao Covid. Ora, aquilo que eu noto aqui é que, em comunicação e divulgação, foram gastos mais de onze mil euros. Era dinheiro que, se tivessem aproveitado as estruturas do CDS, poderia ter sido poupado. Mais, tive o cuidado de perguntar ao vereador do CDS, Ricardo Silva, a que é que se devia esta despesa e, tanto quanto fui informado pelo senhor vereador, o preço que os senhores estiveram a pagar pelas infraestruturas, o aluguer por três meses corresponde a quase três vezes o de compra definitiva destas mesmas estruturas. Senhor presidente da câmara, podemos ter uma crise, e numa crise todo o dinheiro é dinheiro que faz falta, mas numa crise não vale tudo, portanto, espera-se rigor naquilo que é a gestão dos dinheiros públicos e tendo o CDS dito que estava à disposição do município as nossas estruturas sem custos, ter a informação de que se gastou por três meses quase três vezes aquilo que custa a compra destas estruturas, me deixa absolutamente perplexo. Por isso mesmo, gostaria de saber qual é a explicação para não terem aceite esta mesma oferta e para terem decidido gastar este dinheiro que é dinheiro que faz falta aos munícipes. Já agora, a mesma pergunta relativamente àquilo que foi a aquisição de camas. Senhor presidente, eu gostaria que esta informação fosse mais completa e não dissesse apenas quanto dinheiro é que foi gasto e que dissesse, também, qual foi o modelo do procedimento adotado. Se são todas despesas por ajuste direto, quantas empresas foram consultadas, que empresas foram consultadas e essa é uma informação a que esta assembleia municipal tem direito a ter.-----

Sérgio Silva – Boa tarde mais uma vez, senhor presidente, senhores deputados municipais, presidente da câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores. Este é aquele dia em que todos que aqui estão viriam a este palco dizer que o concelho de Sever do Vouga passou ao lado da pandemia, pois um concelho sem acessos, subdesenvolvido, interiorizado e **descentralizado** era normal que passássemos ao lado da pandemia. Mas, infelizmente, o bicho invisível bateu-nos à porta e eu aproveitei para saudar a todos os que, de forma individual ou voluntariamente, fizeram, arriscando as suas vidas em prol do próximo e do bem comum. Quanto do *modus operandi* do regime, mais uma vez este concelho é uma réplica, em ponto mais pequeno, daquele país que fica nos confins da Ibéria e que nem se governa nem se deixa governar. Sinteticamente, o líder coloca-se em quarentena no

palácio de Belém, deixa os destinos técnicos à responsabilidade das duas esganiçadas do regime e pinta de cor-de-rosa a desgraça, manipulando a comunicação social e as redes sociais, ficando o povo entregue a si próprio. É mau demais. De manhã, o presidente da câmara liga para as freguesias a informar que a câmara irá fornecer algumas máscaras para as juntas de freguesia fazerem chegar às pessoas idosas que tenham que ir a consultas ou a outras situações urgentes. À tarde, o vereador da proteção civil entrega-as como se estivesse a entregar sacos de batatas. À noite, um funcionário da câmara faz o anúncio público nas redes sociais a informar, afinal, que a câmara irá fornecer máscaras para todos os munícipes. Já de madrugada, todas as publicações aparecem com *likes* de presidentes desta assembleia municipal e, no dia seguinte, anda toda a gente de motorizada com máscara a tapar a boca, para cima e para baixo, a passar no centro da vila. Pois, a principal preocupação não foi informar as pessoas quando, onde e como usar as máscaras, mas sim, tirar fotografias para o Facebook. É mau demais ver o funcionamento daquilo que devia ser uma organização competente e que tem todos os recursos necessários à sua disposição. Foi um desastre total. É mau demais quando a desorganização começa nas chefias das instituições e não há ninguém que meta ordem na casa. É mau demais, e quando se pergunta que tipo de máscaras se estão a entregar, a resposta do líder máximo da Proteção Civil do concelho é o máximo: *“Eu acho que são laváveis, mas o melhor é deixar ao critério de cada um”*, top. É mau demais, assistir aos pontapés na gramática publicados nas redes sociais, em nome deste município, e ninguém ser capaz de dizer *“para e pensa”*. É mau demais funcionários, desta câmara, publicarem fotos do embalamento de máscaras sociais em cima de uma mesa engordurada do armazém municipal e ser ele a informar os severenses da estratégia de distribuição. Não é mau demais, é mesmo tão mau, que eu diria *“fiquem em casa”*.-----

Ana Mendes – Excelentíssimo senhor presidente e secretários da mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor presidente e vereadores da Câmara Municipal, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Antes de iniciar aquela que foi a minha reflexão para este ponto, porque não fiz intervenção no período de antes da ordem do dia, e porque o tema é também ele uma ligação direta àquilo que eu digo a seguir, e que não poderia deixar de dizer em meu nome pessoal e em nome do PS, quero deixar aqui um sentido e forte obrigado ao José Luís. Todos nós sabemos as razões pelas quais ele teve que tomar a decisão de deixar de nos acompanhar. Sabemos que o fez porque os tempos assim o exigem, sabemos que a presença dele era muito importante para esta assembleia, para o executivo, e sabemos que mais importante é que ele fique bem. Que tudo fique bem e que ele fique bem, portanto, não podia deixar de lhe mandar daqui um grande abraço pessoal e do partido e que tudo corra pelo melhor. Depois deste longo e difícil período de confinamento, privação e medo, abre-se-nos um futuro de incerteza e insegurança. Não sabemos o que nos traz o amanhã, não sabemos se os planos e projetos que hoje apreciaremos e votamos dão a resposta acertada às necessidades que se desenham na sociedade. Nunca o presente foi tão incerto, e a certeza de que se avizinham tempos difíceis, tão sentida. Agora, mais do que nunca, as autarquias têm que ser o ombro e braço de apoio dos seus munícipes e de todos aqueles que trazem vida ao concelho. Sem descorar os cuidados e medidas que é necessário manter e reforçar, informando, sensibilizando e controlando a comunidade, é hora de retomar a atividade, para, assim, permitir a estabilização e bem-estar de todos. Apoiar as famílias a nível económico, psíquico e social é imprescindível. Estimular a atividade das pequenas, médias e grandes empresas é a forma de garantir a sua sobrevivência e das famílias. O executivo tem em mãos inúmeros projetos cuja execução constituiu uma forma de dinamizar a sociedade, garantindo a manutenção e criação de emprego, impondo-se, por isso, trabalhar no sentido da sua rápida retoma e iniciação. O Vougapark, nesta fase, pode funcionar como um local privilegiado de estímulo à criação de emprego; o CAE, ao reiniciar a atividade, deve centrar-se na aposta em artistas locais; a Câmara, pode promover iniciativas como os atualmente famosos concertos ou peças de teatro drive-in, apoiando

assim os nossos artistas e concedendo aos Severenses a luz de espírito que anseiam; os técnicos do Município têm, mais do que nunca, que estar ao dispor da comunidade, para dar o aconselhamento e apoio que necessita. Nesta fase tão delicada e desafiante o executivo tem que ser forte e liderante para garantir a proteção e defesa daqueles que lhe confiaram o poder. Tem que tomar decisões que previnam e travem a evolução da doença e adotar medidas que garantam a retoma da atividade. Encontrar soluções que permitam conciliar estas duas frentes de batalha não é tarefa fácil, mas a grandiosidade e desafio do exercício do poder local sempre foi saber fazer o milagre da multiplicação dos peixes, a busca incessante da conquista de novas vitórias, sem perder o equilíbrio. E nunca como hoje esta realidade foi tão intensa, os Severenses contam connosco para vencer este desafio.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à organização da proteção civil, e independentemente da marcação da reunião formal, a mesma atuou desde o início e continua a atuar. Estamos em contacto com as entidades atingidas mais diretamente neste processo, portanto, começámos isso logo no início de março, logo a partir do momento em que aprovámos o plano de contingência. O plenário completo da proteção civil só reuniu, formalmente, quase um mês depois, mas antes, todos os dias, estávamos em contacto com a saúde, com os bombeiros, com a GNR, principalmente com a proteção civil distrital. O nosso plano municipal de emergência não tinha regras definidas para isto e teve que ser suportado no imprevisto, na urgência e no voluntariado, isto também para responder à questão das aquisições, e não se adaptava a uma situação destas, que era nova para todos, portanto, isso também fez com que aquela questão da informação das máscaras não fosse tão precisa. Ainda hoje há informação diferente em determinadas opiniões e peritos dessas áreas, portanto, andámos, nesses dias, a aprender muito e a tentar fazer, pois o que queríamos era resolver as situações o mais rápido possível. Se calhar não foi aquilo que o senhor presidente da junta fez, aliás, eu acho a sua intervenção indecente, nitidamente, eu acho que isso é brincar com o nosso trabalho, como diz o outro. De maneira que, havia muitas coisas que não se sabia como se fazer, como se proceder, tínhamos que ir lá, portanto, quando fizemos as aquisições urgentes, fizemo-las, sim senhor. Quando o CDS disponibilizou o espaço, nós já tínhamos o nosso espaço a andar porque antecipámos isso tudo. Por um lado, não devemos antecipar, POR outro já queremos antecipar E já temos de ter um regulamento a funcionar antes da pandemia existir? Não é assim. O regulamento do fundo de emergência social está em audiência pública, mas o regulamento acrescenta só algumas coisas. Todas aquelas medidas que tinham sido tomadas são as que estão no relatório. Para ir às pessoas na urgência, grande parte das medidas foram tomadas antes e o regulamento vem formalizar algumas que não estavam. Os apoios às famílias, tudo isso foi feito antes de criarmos o próprio regulamento e com muitas medidas por despacho e por aprovação de propostas na Câmara. Está aí o movimento de tudo isso que foi feito e não foi pouco, com certeza. Agora, podíamos ter feito mais? Podíamos sempre, ainda podemos fazer mais, como todos. Relativamente à questão das esplanadas, que foi aqui referida, eu também acho que as pessoas começam a desconfinar demais e temos chamado a atenção das autoridades, pois não é a Câmara que vai às esplanadas mandar as pessoas colocar máscaras ou a estarem afastadas. As regras estão afixadas em todo o lado, todos os locais têm que ter o seu plano de contingência, portanto, têm esses planos e se não os cumprem, chamamos as autoridades para fiscalizarem. -----

Sobre a questão das estruturas. Foram adquiridas devido à urgência. O senhor vereador também nos informou de uma empresa que fornecia painéis ou outdoors mais baratos. Nós fizemos uma consulta a essa empresa e ela limitou-se a não responder. Se eram mais baratos, se eram mais caros, se não quis responder, não sei, fizemos isso a várias e fomos consultando. Em alguns casos consultávamos menos, era por urgência, e houve casos em que, com uma consulta apenas, nós queríamos era que houvesse material para fornecer porque houve alturas em que não havia ninguém para fornecer esse material, foi preciso organizarmo-nos, em conjunto, na CIRA, juntando três ou quatro municípios, para se

conseguir algo. No início, ninguém tinha (e tinha que se comprar a quem tinha), a quem conseguia ter, por preços que nós sabemos que foram exagerados, em alguns casos, pois foram melhor, que a opção de não ter. -----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente, serei muito breve e a interpelação à mesa destina-se a fazer um requerimento oral ao senhor presidente para que peça ao senhor presidente da Câmara para fornecer cópia, à Assembleia Municipal, aos deputados municipais, do procedimento de aquisição destas mesmas estruturas e, também, da aquisição das camas para o hospital que foi criado e não deixo de notar, tanto quanto eu fui informado, a consulta que o senhor presidente fez a outra empresa de estruturas fê-la depois de já estarem colocadas aquelas que tinha contratado sem ser ao melhor preço, que teria sido depois, portanto, este requerimento fica feito de forma oral, cópia dos dois procedimentos para nos serem distribuídos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Ninguém lhe disse que eram as mesmas.-----

Patrícia Santos – Eu só venho perguntar, novamente, em que é que foram gastos os vinte mil euros, no hospital de retaguarda, não é de campanha, é de retaguarda, e gostaria de saber porque não me foi respondido, nem a mim nem à Assembleia, se ele continua montado, se vai ou não ser desmontado. Quero aproveitar só trinta segundos, não creio que o Covid-19 seja um motivo para andarmos aqui a pavonear-nos daquilo que o nosso partido fez ou sugeriu ou deixou de sugerir. Esta é uma altura para estarmos unidos, não é para dizer seu eu fiz ou não fiz, não. Ou é para estarmos unidos naquilo que é o futuro ou, então, não sei, mas isto é a minha opinião pessoal enquanto Patrícia Santos e não enquanto deputada.-----

Presidente da Câmara Municipal – Em determinada altura havia máscaras muito mais baratas. Em maio havia, mas em março a farmácia nem tinha. Portanto, isso tudo tem os seus timings e os valores variam em função de determinados pressupostos. É evidente que, em maio, eram totalmente diferentes e nós adquirimos milhares de máscaras por preços completamente diferentes conforme foi evoluindo a situação e haver, ou não, material para entrega. Em relação às estruturas, ninguém, na altura, quando fizemos a consulta, disse que era para comparar ou não. Nós queríamos preços para determinados painéis. Não nos enviaram. Agradeço a disponibilidade das estruturas, mas quando veio essa disponibilidade nós já tínhamos isso espalhado por aí, e aí posso dizer-lhe que, se calhar, fomos os primeiros a pôr divulgação em painéis e outdoors na região, portanto, andámos a correr e à pressa e muito disso foi no sentido de atacarmos o problema logo ali, pois já que não podia ser por antecipação, ao menos que fosse por velocidade e urgência e foi isso que fizemos. Relativamente às estruturas do hospital, os valores têm a ver com todo um conjunto. O hospital da retaguarda, espaço para acolher doentes, que foi para isso que ele foi preparado, estava separado, como quase todos que foram feitos noutros lados, em alguns casos com tendas a isolar doente a doente. No nosso caso, era com espaços com separadores, a servir de quarto, e toda essa estrutura, mais as camas, os colchões, custa muito dinheiro, claro.-----

1.3 Prestação de Contas de 2019: - O presidente da Câmara Municipal apresentou uma breve explicação sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2019, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Presidente da Câmara Municipal – Em relação às contas, só quero dar nota de que continuamos a manter um grande volume de investimento. Em relação à anterior, tivemos uma pequena quebra em alguns casos, mas quase insignificante. No investimento andamos próximo do anterior e sempre com um nível de investimento razoável. Comparando o volume do orçamento com aquilo que nós conseguimos investir, ainda assim, temos um nível de investimento bastante elevado. Como disse, um pouco abaixo do de 2018, mas muito próximo. A mesma coisa com os prazos médios de pagamento, que baixámos de treze dias para quinze, portanto, continuamos a ser um bom pagador e um pagador rápido. Temos um endividamento de duzentos e setenta e cinco mil, comparativamente com os

orçamentos, é uma coisa bastante baixa. Na percentagem de execução da receita, ainda com essas dificuldades todas de fazer obras e de investir, temos uma execução de 83,02%, que é relativamente boa. Baixámos nas duas percentagens da execução da despesa, mas uma coisa também mínima. Em 2018 tínhamos 71,70% e passámos para 69,32%, um ponto e tal abaixo, que continua a fazer sentir que há uma grande execução da despesa.----- Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2019.-----

Paula Coutinho – Boa tarde, volto a reiterar os cumprimentos de há bocado. Relativamente à prestação de contas apresentadas para apreciação e votação, nesta Assembleia Municipal, devo dizer que falha. Falha na entrega de certificação legal de contas que só chegou até nós hoje à entrada desta porta. Falha no cumprimento do dispositivo do n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Falha quando, no relatório, diz que, findo o exercício de 2019, será possível afirmar que a atividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido. Falha de forma enganosa tentando mostrar mais trabalho do que aquele que, efetivamente, foi feito. Reparem na página seis, do relatório de gestão, no ponto 2.2.1 que fala relativamente ao gabinete técnico de obras municipais. Já há bocado tinha referido que as obras municipais, efetivamente, são um problema e aqui há uma ligeira confusão quando tentam enganar os deputados municipais ao dizerem que *“durante o ano 2019 foram encerradas as seguintes obras rececionadas provisoriamente”*, nomeadamente na plataforma deste edifício onde nós estamos, como é que é possível esta obra estar concluída quando, na informação escrita, apresentada pelo senhor presidente, em 21-02-2020, a sua execução era de 40,6%? Falha quando diz que a remodelação do edifício sede município de Sever do Vouga se encontra concluída, quando a sua execução, no mesmo período de 21-02-2020 era de 73,29%? Mais abaixo fala na remodelação do edifício sede município nos trabalhos de apoio à construção civil na instalação das unidades de climatização. Falha quando diz que o restabelecimento de infraestruturas do muro na E.N. 328, no km 18, está concluída quando a mesma, em 21-02-2020, estava suspensa. Meus caros e minhas caras, as infraestruturas carecem realmente, e conforme j tinha dito na última Assembleia Municipal, e hoje também o referi, correu mesmo muito mal 2019. Fez-se que fez-se e não se fez. Prometeu-se o que se fazia e não foram cumpridas as promessas. 2019, vejamos, e é o que vem mencionado neste relatório, centrou-se em três obras: o Centro Escolar, que está atrasado conforme já verificado, e sem garantias que esteja pronto para a abertura do próximo ano letivo. O edifício dos paços do concelho, que teve uma série de prorrogações de prazo e, por fim, a aquisição de terrenos. Para já não falar nos níveis de execução que o senhor presidente falou e disse que uma execução 83 por cento é uma execução boa, mas diz a Lei 73/2013 que, verificando-se em dois anos executivos uma taxa de execução inferior a 85 por cento é obrigatório comunicar aos órgãos municipais e à DGAL o alerta precoce de desvios que pode levar ou incentivar a que haja preocupações financeiras no que toca ao município. Posto isto, e tendo em atenção o relatório apresentado, surgem algumas questões, nomeadamente no que diz respeito ao gabinete de recursos humanos, no registo diversos, que tem um aumento bastante elevado face aos anos anteriores. Deve-se a quê? Os registos diários das visitas ao posto de turismo e casa do artesão faz menção a isso, mas não refere quantos são. Pergunto quantos são. 2019 foi o ano que verificou o maior valor de custos desde 2017. A questão é porquê? As obras não avançam, a maior parte delas não sai do papel. As estradas estão degradadas, sem marcações, sem rails. O que acontece neste concelho? As infraestruturas carecem de manutenção urgente. Houve uma diminuição nas transferências para as coletividades. O que está a acontecer? Como já foi aqui dito, pelo nosso líder de bancada, existe, efetivamente, uma navegação à vista. Na conta de outros credores diz que se refere a faturas e apoios concedidos a coletividades e outras entidades que não estão formalizados todos os requisitos para serem pagos, o que

falta? Quem são as entidades, já falaram com elas? Acionaram a garantia do Centro Escolar de Rocas do Vouga. Qual o valor da garantia e quanto foi pago? Efetivamente, e volto a dizer, 2019 correu muito mal e quem paga a fatura? Infelizmente, são os munícipes que veem o seu futuro adiado.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, mais Câmara. Esta prestação de contas peca e peca pelo pecado capital que já é o orçamento que ela demonstra a sua execução. Nós avisámos, quando votámos contra o orçamento, que esta Câmara estava, em verdade, a navegar à vista. Mas, mais grave ainda, aquilo que nós verificamos em 2019 é que se situou num pântano completo. Reparem que não é normal dizer-se que, como constatamos nestas contas, que a despesa total do município aumentou 6,6%. Mas, se formos a ver a composição desta mesma despesa, aquilo que nós verificamos é que a despesa corrente aumentou 19,63%. A despesa capital, onde está o investimento, diminuiu 15,35%. Setenta por cento do orçamento foi gasto em despesa corrente. A despesa de capital não chega a 30%, foi 29,54%. E estas contas comprovam que 2019 foi um ano perdido naquilo que foi a execução dos investimentos que são necessários para esta autarquia. Foram os senhores que definiram as prioridades, foram os senhores que centraram o vosso investimento na escola, na sede dos paços do concelho, no Ecocentro e que, em todas essas empreitadas, as deixaram, literalmente, patinar e, por isso, é que depois fomos com prorrogações de prazo dessas mesmas obras que, ainda hoje, foram já discutidas e depois os senhores não são capazes de as executar e, pelo caminho, ficaram todas aquelas obras que os senhores andaram a prometer aos munícipes, há décadas, e que andam a prometer aos presidentes de junta e que foram orçamentadas a cinco euros. Eu não deixo, também, de registar, como aqui já foi e bem notado, que também diminuíram as transferências para as coletividades. Não deixo de notar, também, que, depois de nos trazerem, aqui, uma reorganização dos serviços municipais que, como nós sublinhámos, e bem, eram mais os chefes que os índios, os senhores, mesmo assim, em 2019, sem essa reorganização estar em vigor, aumentaram em mais de 10% a despesa do pessoal. Portanto, aquilo que nós vemos é uma Câmara muito preocupada com a sua vida, com o seu umbigo, com o seu espaço e muito pouco preocupada com o concelho, porque se se preocupasse com a vida dos munícipes, investia mais, mas não. Gasta em despesa corrente, gasta em pessoal. E mais preocupante, ainda, é nós percebermos que, em 2019, no que diz respeito à receita, a mesma ficou abaixo daquilo que era exigido pela Lei n.º 73/2013, que deveria ser, em relação à estimada 85% e ficou apenas em 83,2%. Ficou abaixo 42,1, também, que é outro dos números que é dado e não deixa de ser, até, paradigmático que aquilo que é-nos dito nesta mesma informação sobre as contas é que se não se tivessem agora suspenso as regras, por causa do surto Covid em 2020, a Câmara teria um sério problema em termos de elaboração do orçamento porque não conseguiria cumprir aquilo que a lei exige ou obrigaria a fazer um tremendo sacrifício quando, ainda por cima, aquilo que nós verificamos é que a maior parte da despesa do município, de 70%, é despesa corrente, portanto, quando a Câmara promete obras e depois não as cumpre e nos diz que nós exageramos nessas críticas, senhor presidente, este relatório de contas é a confissão do fracasso desta maioria e é a prova de que os senhores não cumprem as promessas que fazem.-----

António Dias – Obrigado senhor presidente e mesa. Analisando a prestação de contas de 2019, rubrica a rubrica, freguesia a freguesia, mais uma vez se constata que foram cativadas despesas por forma a serem executadas no próximo período, ou seja, 2020/2021, que é, no fundo, um período eleitoral. Também se constata que a despesa corrente aumentou, ao contrário da despesa de capital, portanto, o investimento da Câmara baixou drasticamente. Eu digo aqui, aos membros da Assembleia, e ao senhor presidente, gostava que me respondesse, eu acho que é mais fácil perguntar o que foi executado do que o que não foi executado, portanto, como o que foi executado foi tão pouco, é mais fácil perguntar. Assim se pode concluir que as obras não executadas em 2019 irão, possivelmente, transitar para este ano 2020 ou, quem sabe, para o ano 2021 que é o ano de

eleições. Eu chamo aqui a atenção do senhor presidente que o orçamento deve ser um plano financeiro estratégico que compreenda a previsão de receitas e despesas futuras, o que, neste caso, tantas são as retificações orçamentais em que chegamos ao fim e damos com este rácio de falha na despesa de capital, de investimento, e aumento de despesa corrente, ou seja, chegamos a concluir que a Câmara qualquer dia não consegue investir, uma vez que tem muita despesa corrente. Eu agora pergunto, senhor presidente, isto agora vai ser, já que não foi executado nos anos anteriores, em 2019 também não foi executado, eu pergunto, isto é caso para dizer, para o ano é que vai ser, alcatrão para a frente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Isto é sempre comparável. Qualquer relação para nós é bom, para vocês é mau, como é óbvio. Nós temos de nos comparar no universo do funcionamento dos municípios e quando eu disse que considerava que esses índices não eram maus, eu sei do que estou a falar em relação a muitas situações, mesmo para o senhor Dr. António Carlos, que analise as contas de gerência das suas câmaras aqui vizinhas e que veja os dados delas e que as compare com as nossas. Ficará mais bem esclarecido, possivelmente. A questão dos prazos, já aqui falei nisso, há um desfazamento de prazos que existiu, estamos a reunir em 2020 e não em 2019. A conta refere-se a 2019. Porque o senhor Dr. António Carlos mistura execuções daquilo que é já execução de 2020 com 2019. Terei percebido mal, a dada altura pareceu-me estar a falar da execução do orçamento de 2020 e não estamos a falar disso, ainda. Sobre a questão da organização das contas, é feita documentalmentemente, como manda a lei, e têm aí um relatório do ROC que o confirma. Não sou eu que faço as contas. Por acaso, não temos, neste momento, nenhum concurso aberto, porque o senhor presidente da junta de Talhadas podia concorrer para ajudar aqui na área da contabilidade. Quem faz isto são os especialistas em contas e cumprem os regulamentos normais da legislação em vigor, sobre contabilidade pública e, neste caso, cumprindo o POCAL e um novo sistema de contabilidade que já está em vigor. Quanto às opções, acho que temos um grande nível de investimento. É certo que tivemos algum aumento de despesas com o pessoal, por via dos acertos de carreiras, não foi por via dos índios e dos chefes, que ainda não temos ninguém nesse. Isso é para este ano e, mesmo assim, será desenvolvido gradualmente e com tempo. Agora, do ano passado não tem a ver com isso, tem a ver com o desbloqueamento de carreiras e houve alguns acertos nos vencimentos de quem ganha muito mal, diga-se.-----

António Monteiro – Não quero que reste nenhum equívoco ao senhor presidente da Câmara. Quem fala em 2020, não sou eu. É o documento que o senhor presidente da Câmara assinou. Aliás, se tem dúvidas, passarei a ler para que fique registado. O que é que nos é dito neste documento? *“O grau de execução financeira das receitas de capital foi, em percentagem, 42,1 por cento em relação ao orçamento corrigido. Em termos globais, a realização da receita atingiu, em percentagem, 83,2 por cento. O valor desta taxa de realização deveria ficado acima dos 85 por cento como determina a Lei n.º 73/2013. No entanto, tal situação só produzirá as consequências previstas no n.º 1 do artigo 56º se acontecer este resultado em dois anos consecutivos, o que poderia significar que a autarquia estaria em vias de entrar em dificuldades financeiras. No entanto, com a atual situação de pandemia e da legislação publicada, através da suspensão indicada no n.º 2 do artigo 40º do mesmo regime, o ano 2020 não contará para o incumprimento das regras de equilíbrio orçamental.”* Traduzindo, para que todos entendam, o senhor presidente violou as regras de equilíbrio orçamental. Esta Câmara não cumpriu as regras de equilíbrio orçamental e a única razão pela qual se safou desse incumprimento, e perdoem-me a expressão, é que, em 2020, tivemos o surto de Covid como aqui é sublinhado no documento, portanto, quem fala em 2020, para se justificar, é o senhor presidente, que é o responsável por este documento, não sou eu. Quem não cumpriu estas regras foi o senhor presidente, foi esta Câmara que falhou, portanto, quando eu chamo a atenção para a incapacidade de o senhor presidente cumprir as promessas que faz, de investimento e aquilo que nós temos é a resposta displicente do senhor presidente, desculpe, mas fica-lhe mal porque é um dever, pelo menos, por parte do senhor presidente

que apresentou um orçamento, explicar porque razão não é capaz de cumprir aquilo a que se propõe fazer ao longo do ano de 2019. Não fomos nós que propusemos aquele orçamento e não deixamos de registar que, naquilo que é despesa corrente, aquilo que é o funcionamento burocrático da Câmara, aquilo que são as preocupações, se quisermos, com o funcionamento da Câmara que esquece os severenses, nisso, o senhor presidente, com toda a certeza, está muito bem porque, em taxa de execução, aumentou mais de 19 por cento do que estava previsto enquanto que o investimento reduziu mais de 15 por cento, portanto, é esta a realidade para a qual, infelizmente, como acabámos de perceber, não há resposta por parte desta maioria.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e vereadores, excelentíssimos senhores deputados municipais, excelentíssimos senhores e senhoras, comunicação social presente, boa tarde. Confesso que não era para intervir ainda, tinha uma intervenção preparada num ponto a seguir, mas a verdade é que e aproveito por começar por dizer não me rever e demarcamos as palavras do senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, em relação ao comportamento da mesa, porque se tal contenção eu tenho tido, até agora, é exatamente porque a mesa, e principalmente o senhor presidente, que eu já conheço há muitos anos e atesto a isenção, imparcialidade e rigor, nomeadamente como professor, portanto, tenho de me demarcar das palavras do senhor presidente da Junta de Couto de Esteves porque, uma das coisas que me conteve, até agora, a intervir e confesso que não sou feito de pau, digamos assim, portanto, não me consigo conter mais e tive que vir aqui. É exatamente isso, é que, ele pede-nos para nós nos contermos nas nossas intervenções de modo a que o nosso tempo, que nós não gastamos, seja utilizado pela Câmara Municipal para responder às vossa imensas perguntas. Aí, realmente, tenho que vos louvar a capacidade criativa que vocês têm porque, realmente, têm essa capacidade e fazem render o peixe. Nós também temos elementos, na nossa bancada, se quisermos vir para aqui preencher os tempos todos que temos disponíveis para encher chouriços, confesso que sou especialista nisso, consigo fazer e ocupar muito tempo. Mas, indo ao ponto que me levou a intervir, que é exatamente a prestação de contas, é evidente que sim, já foi aqui reconhecido o erro, o relatório do auditor externo chegou atrasado e foi-nos distribuído no início da sessão. Mas, tal como outros documentos, eu chego à conclusão de que a maior parte dos deputados não lê os documentos e, eventualmente, também não leram este, portanto, como tal, em relação a esta prestação de contas, eu remeto para a leitura atenta desse relatório do auditor externo e está lá tudo respondido, portanto, tudo aquilo que vocês vieram aqui dizer, eventualmente, o especialista, ou os maiores especialistas, não concordam e auditam de forma positiva, tirando aquele ponto que é comum, mas inclusive o deputado António Monteiro diz que é, de certo modo, corrente na maior parte dos municípios que é a questão do património, que é a única ressalva que está ali. Aproveito para dizer o seguinte: ao fim ao cabo, a capacidade que alguns têm de intervir e, de certo modo, serem juízes em causas que, eventualmente, nem conhecem. Já vimos aqui, hoje, tantas intervenções de pessoas a fazer sentenças e, que eu saiba, essas pessoas que fizeram sentenças, que atribuíram culpas sem nenhuma dúvida, a entidades, que eu saiba não são da área judicial, digamos assim. Depois, vemos aqui pessoas a opinar sobre um projeto, que é o Naturvouga, sobre a plantação, quando esse projeto, e está escrito num dos documentos que foi distribuído antes desta Assembleia, está escrito que esse projeto tem especialistas da Universidade de Aveiro, entre outros, que, ao fim ao cabo tiveram responsabilidade na feitura desse projeto e na execução, portanto, vêm aqui pessoas opinar até sobre uma área que eu sou especialista, que é a aplicação de herbicidas e plantações, mas também não quero ir por aí. É, realmente, de louvar o vosso risco. Eu não me arrisco muito mais a ir nesta prestação de contas porque, realmente, é verdade que eu não sou dessa área e não sou especialista, mas por isso, como não sou contabilista, tenho que me conter e tenho de acreditar em quem percebe e quem audita e quem tem responsabilidade para isso. Já agora, outra questão que eu, muitas vezes, já pus aqui em causa, que é o seguinte: vou-vos comunicar, alguns vão

ficar contentes, outros vão ficar tristes, vou continuar a viver em Sever do Vouga. Como sabem, é o primeiro mandato que estou aqui a fazer e comecei a ouvir aqui algumas intervenções e digo assim “é pá, se calhar estou a viver no sítio errado”, porque não sou natural de Sever do Vouga e tenho a possibilidade de ir viver para outros lados e ponderei muito a hipótese de ir viver para outro município qualquer que fosse melhor do que Sever do Vouga. Mas, vou permanecer em Sever do Vouga. Fui ver se os outros municípios eram melhores do que este, pois a minha vida permite-me correr vários concelhos e a partilha que o senhor presidente há bocado informou, venho muito por Moimenta da Beira e vejo a desgraça, em termos do granizo, que caiu sobre as macieiras e as vinhas e nós aqui fomos uns sortudos pois só quinze hectares é que foram afetados. Logicamente, há que ter atenção a isso. Fui ver Assembleias Municipais de outros municípios aqui à volta e a verdade é que as caras são diferentes, os lugares são diferentes, mas as críticas são quase as mesmas, portanto, vou continuar aqui porque os municípios aqui à volta não são melhores que o nosso. A taxa de execução de que alguém falou, posso dizer que a taxa de execução do município de Águeda é parecida com esta e posso dizer que a taxa de execução de uma Junta de Freguesia, do CDS, também aqui vizinha é semelhante àquela que a Câmara está aqui a apresentar, portanto, não vejo que haja grandes diferenças. Agora, eu já decidi e vou continuar a manter-me aqui, mas pelo que vejo, pelas intervenções que alguns vieram aqui fazer, acho que alguns de vocês estão a ponderar seriamente mudar de município.-----

Paula Coutinho – Boa tarde, mais uma vez. Dizer apenas que as prestações de contas são um documento que resultam daquilo que foi o ano transato, aquilo que foi feito, portanto, financeiramente é o resultado financeiro e economicamente é o resultado disso. No entanto, e é por isso que houve esta minha intervenção das falhas porque, efetivamente, no relatório de contas menciona coisas que não são verdadeiras de todo, nomeadamente a execução de três obras que não estão executadas porque, em 2020, numa informação escrita do senhor presidente vem lá uma execução com quarentas e setentas por centos, portanto, aqui há uma falha grave, no meu entender, relativamente à informação contida, nomeadamente no relatório de contas. Dizer que, efetivamente, a execução de 83% não é um problema, diz o senhor presidente, mas poderá vir a ser. Já foi aqui abordado e acho que não vale a pena estar a bater no ceguinho. Mas, apenas falar destas falhas que nos vão levar à nossa votação e aqui já fica, de certa forma, a nossa declaração de voto que vamos reprovar esta prestação de contas devido mesmo a estas falhas existentes. Não houve a certificação legal de contas, chegou fora do prazo. Há aqui informação, no relatório de contas, que não é, de todo, verdadeira, nomeadamente relativamente àquelas três obras e há aqui uma falha de informação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Se não for incómodo, queria pedir à Paula Coutinho que me diga quais são essas obras, pois é possível que haja algum lapso e eu não estou a ver o que é.-----

Paula Coutinho – Se for à página seis do relatório de contas, no ponto 2.2.1 Gabinete Técnico de Obras, diz “*perante o ano 2019 foram encerradas as seguintes obras, rececionadas provisoriamente*” e fala na plataforma elevatória de mobilidade no Centro das Artes e do Espectáculo, que foi finda há um mês. Faz hoje, precisamente, um mês que a obra foi concluída. Como é que ela estava executada em 2019?-----

Presidente da Câmara Municipal – Estava executada a aquisição do equipamento, provavelmente é isso que está aí.-----

Paula Coutinho – Continuando, Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga.-----

Presidente da Câmara Municipal – Deve tratar-se de equipamentos.-----

Paula Coutinho – Então devia dizer aqui “*equipamentos*” porque o que dá a entender é que o senhor presidente e o executivo paga primeiro e depois é que faz a obra o que leva a crer que é por isso que as empresas fazem e desfazem dos prazos de execução das obras. Por isso é que há tantas prorrogações. Se pagam primeiro e depois é que fazem a obra, já têm o que queriam, é fácil.-----

Presidente da Câmara Municipal – É possível que seja isso que eu disse, ou seja, a obra já estava no orçamento anterior e foi material pago com a entrega do equipamento. Não sei, tecnicamente, se assim foi, mas deduzo que seja por aí. Isso refere-se a parte da execução da obra, a parte do equipamento que é fornecido para a obra.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, os documentos da prestação de contas de 2019, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Sete abstenções – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

Sete votos contra – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

David Alves ausentou-se da sessão após a votação deste ponto.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto – A nossa censura, relativamente a esta prestação de contas é total. Temos, no entanto, a noção, e por essa razão apenas, nos abstivemos, de que aquilo que é a incorporação do saldo e o cumprimento dos compromissos que o senhor presidente da Câmara assumiu com as oposições e com os presidentes de junta depende da incorporação do saldo de 2019. Apenas por essa razão é que nós nos abstivemos. Mantemos todas as razões de censura que, há pouco, enunciei, designadamente, a incapacidade de investimento e o ter exagerado na despesa corrente e com a despesa do pessoal. Por esta razão abstenho-nos, viabilizando a prestação de contas, mas é bom que o senhor presidente da Câmara tenha a noção de que esta é uma última oportunidade.-----

O membro David Alves ausentou-se eram cerca das 21:10 horas. -----

1.4 Prestação de Contas Consolidadas de 2019: - Foram apresentadas, pelo presidente da Câmara Municipal, as demonstrações financeiras consolidadas, respeitantes ao ano de 2019, que foram elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, publicada no DR II Série n.º 126, na sequência da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa e senhor presidente da Câmara. Esta prestação de contas consolidada é, para nós, motivo de perplexidade e preocupação. Registamos, desde logo, que há um enorme passivo na Agim pela qual o senhor presidente da Câmara é responsável porque é o presidente da Agim e estranho muito, sabendo eu que esse é um dos pontos da ordem de trabalhos a seguir, mas estranho muito que o senhor presidente da Câmara se apresente aqui, hoje, com o relatório consolidado. Aquilo que esse relatório nos diz é que conduziu a Agim à falência e sabemos que, a seguir, aquilo que o senhor presidente da Câmara quer é, perdoe-se a expressão, pôr-se ao fresco deixando a Agim falida com a sua gestão, portanto, acho que o senhor presidente da Câmara tem obrigação de prestar esclarecimentos, a esta assembleia, de porque é que conduziu assim a Agim e porque é que a deixa nesta situação que agora nos é apresentada. Isso acho que é o mínimo e, por isso, nesta minha primeira intervenção é uma interpelação ao senhor presidente da Câmara para que explique o que é que esteve a fazer na Agim enquanto presidente da Agim e porque razão é aquela situação daquela associação na qual o município participa.-----

Paula Coutinho – Mais uma vez reitero os cumprimentos de há bocado. Relativamente à prestação de contas consolidadas dizer que a mesma apresenta, através da sua certificação legal de contas, algumas reservas, nomeadamente no imobilizado, bem como nas contas da

Agim. Efetivamente, as reservas no imobilizado tem sido recorrente acontecer ao longo das várias assembleias em que temos. Gostaríamos que esclarecessem o porquê, efetivamente, de isso acontecer e porque é que ainda não se regularizou. No que diz respeito à Agim, é preocupante haver um passivo manifestamente superior ao ativo, tornando os fundos patrimoniais negativos. Isto é preocupante, sobretudo, e como já foi dito, tendo em conta o ponto a seguir que é a saída da Câmara da Agim. É importante que as coisas estejam esclarecidas e é importante, sobretudo, perceber o porquê deste passivo ser tão elevado relativamente ao ativo. O senhor presidente, certamente, saberá explicar muito bem, não fosse ele o presidente da Agim.-----

Presidente da Câmara Municipal, para as duas intervenções só duas ou três notas. A situação da Agim aqui apresentada, este ano, é idêntica à do ano passado, portanto, este passivo que aqui vem não vem da minha gestão apenas, senhor Dr. António Carlos, já tem sete ou oito anos. Portanto, vem muito antes de mim, mas assumo, aqui, a responsabilidade dessa situação e é por essa via e, precisamente, para que a situação da Agim melhore (e possa ser resolvida), que eu pretendo e proponho que o município saia porque, enquanto lá estiver como sócio fundador (e maioritário), nós não podemos apoiar a Agim, pelo que estamos impedidos de a ajudar. Podem perguntar: porque é que a Agim, há seis ou sete anos ia tendo uma situação equilibrada? Porque a Câmara injetava para lá dinheiro, que deixou de o fazer desde 2013, por impedimento legal. Portanto, desde que deixou de injetar dinheiro direto para a Agim, aquilo que era o passivo dela, por contração de dívida, está lá, manteve-se. Não houve aqui nenhuma alteração, nem a gestão da Agim piorou depois disso, antes pelo contrário. Tem apresentado sempre saldo positivo, embora pouco, e esse passivo está lá por essa via. Nós encontramos, como uma das poucas soluções para aquilo, a saída do município para possibilitar que não haja este impedimento para determinadas situações de negócios com a Agim a vários níveis. Portanto, entendemos que, se sairmos, se ficarmos nessas condições podemos, porque há há várias formas de o fazer, os senhores sabem que há marcas de que a Agim é detentora que interessam ao município, há essas situações que teremos que entrar em negociação no futuro para tentar resolver a situação da Agim e que, enquanto estivermos lá dentro não podemos fazer. É muito simples, não é esconder nada, é o que está aqui, mantendo-se na mesma toda a importância da Agim no panorama agrícola e naquilo que vai fazendo pelo menos, ainda este ano, mesmo a esse nível, se tivesse concretizado as dívidas todas que tem ou se recebesse tudo aquilo que tem contratado, tinha uma situação bastante melhor do que essa que está aí. Tem muito a haver, portanto, ainda é auto sustentável com aquilo que vai fazendo ao nível da formação e do apoio às candidaturas. -----

Jorge Graça – Reitero os cumprimentos a todos, na pessoa do senhor presidente da mesa. Confesso que a minha intervenção vinha preparada e era para a fazer exatamente no ponto que é a discussão e votação da saída do município da Agim. Mas, uma vez que a discussão das contas consolidadas caiu exatamente e só sobre a situação da Agim, acho que se enquadra perfeitamente fazer a minha intervenção neste momento. Antes de passar a ler, deixem-me dizer uma coisa. Eu acho que a Câmara Municipal, realmente, tem um problema e, aí, permitam-me a crítica. É que, tem muito cuidado em comunicar assertivamente e deviam comunicar mais fazendo aquilo que se chama, perdoem-me o inglesismo, *show off*. Vimos aqui criticar, há bocado, “você acabam obras e não publicitam”. Vocês não fazem inaugurações, não comunicam nos meios de comunicação social, têm que fazer show off porque vocês já foram acusados que só estão aqui para manter lugar e para prorrogar o vosso lugar, mas aquilo que eu tenho visto aqui é, em todas as bancadas, e eu não sou político, sou independente, sempre o tenho manifestado, e estou aqui sem nenhuma agenda política. É o primeiro mandato que faço aqui e, eventualmente, e por minha vontade, talvez seja o último, nunca se sabe, portanto, permitam-me, às vezes, se calhar, remar um pouco contra a maré, mas eu aí faço as minhas intervenções exatamente do meu ponto de vista porque não tenho agenda política. A minha intenção é exatamente aquilo que o senhor presidente, na última assembleia manifestou, que é

exatamente a defesa dos interesses dos munícipes de Sever do Vouga. É só a minha agenda. Eventualmente haja outras pessoas, e eu atendo, que tenham outras intenções ou outros ideais e outra agenda política. Intervenho neste ponto, Agim - Saída do Município de Associado, começando por vos citar um parágrafo explanado no site da Agim, que define o seu conceito e missão: “A Agim é uma associação sócio profissional de direito privado, sem fins lucrativos, que abrange todos os intervenientes da fileira dos pequenos frutos em Portugal, sejam eles produtores, técnicos e organizações de comercialização, e que quer assumir-se como entidade que representa e defende os seus interesses socioprofissionais, principalmente junto do Ministério da Agricultura, mercado e sociedade em geral, tanto a nível nacional como internacional, sendo o catalisador e o ponto de encontro de todos os seus players, com o objetivo de melhorarem os seus negócios e alcançarem uma posição de destaque no panorama económico nacional”. Fim de citação. E o porquê de vos recordar o parágrafo acima? Uma das razões em recordar este parágrafo acima é que, realmente, isto é importante e ainda agora se admitiu a importância da Agim e, depois, outra coisa que realça a vista, a seguir às vossas intervenções, vocês esquecem-se que vetaram, foi por vossa responsabilidade que vetaram dois contratos-programa da Agim e agora estão admirados em que esse dinheiro lá falte? Haja bom senso. E porquê recordar este parágrafo acima? Pois, por vários e diversos motivos, alguns dos quais tenho apresentado aqui em intervenções anteriores sobre o tema. Não vos vou maçar repetindo-me. A verdade é que não preciso de recuar muito no tempo para encontrar um motivo para esta citação. Basta lerem os excelentes artigos de opinião das várias bancadas, no Jornal Beira Vouga, segunda quinzena de junho, acerca do Mirtilo, para se perceber que entre outras coisas, quase todos exigem que a Câmara Municipal Sever do Vouga intervenha na defesa e proteção da Cultura e dos produtores de Mirtilo no concelho, isto é, exigem que a Câmara Municipal Sever do Vouga faça exatamente o explanado no que é o conceito e missão da Agim. Assim sendo, a Câmara Municipal Sever do Vouga já fez. Aliás, fez tanto, que contribuiu, e muito, para a criação e desenvolvimento de uma entidade, especificamente, para esse efeito. Solicito agora, que cada um de vós faça uma retrospectiva do que fez e do que disse, que contribuiu para que chegássemos a este ponto de deliberar sobre a saída do município da Agim e, conseqüentemente, perder muita influência nesta entidade, como a melhor solução. Sabemos que a Agim, melhor ou pior, chegou até aos dias de hoje nos moldes em que estava. Só espero que a alteração que agora se vai votar, possa vir a fortalecer a Agim, essencialmente na execução do seu conceito e missão, que todos nós reconhecemos a importância e a necessidade. Concluo dizendo que a Câmara Municipal Sever do Vouga perderá influência na Agim, mas não poderá perder importância, e deverá continuar a apoiar assertivamente esta entidade.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, há uma nota, que é feita pelo revisor oficial de contas, à qual o senhor presidente da Câmara foi interpelado, nem foi por mim, e não respondeu. E a nota diz que, formalmente, não é possível validar a informação prestada pela Agim à Câmara porque não foram aprovadas as contas pela Assembleia Geral. Eu gostava de saber porque é que não houve Assembleia Geral da Agim e porque é que o senhor presidente acha que, com umas contas apresentadas apenas por si, e chamando o revisor oficial de contas à atenção para que faltava a Assembleia Geral, não providenciou para que se realizasse a devida Assembleia Geral. Em segundo lugar, convém lembrar um pouco aquilo que se passou a propósito do último contrato-programa que veio aqui proposto à Assembleia Municipal. É que não foi ninguém da bancada do CDS, mas, já agora, lembro bem, também não foi da bancada do PSD que chamou a atenção para que, nesse contrato-programa, naquilo que era o custo dos projetos que o município iria financiar, estavam os mesmos sobrevalorizados relativamente àquilo que se passava no mercado. E a Câmara retirou a proposta, portanto, convém quando se vem aqui acima fazer acusações às bancadas dos outros, pelo menos ser rigoroso nos factos. Depois, é importante termos a noção que a Agim é importante, mas é

importante também termos a noção de que a Agim funciona numa dupla qualidade. Naquilo que a Agim funciona no mercado em concorrência com outras e, já agora, posso citar, por exemplo, a Mirtilusa ou Bagas de Portugal, a Câmara não pode estar a favorecer uma entidade em desfavor das outras e naquilo em que a Agim não se comporta como o mercado, em que se comporta como o braço do município, nomeadamente na organização da feira do mirtilo, que é paga e financiada pela Câmara Municipal, através das verbas que transfere, aí, com toda a franqueza, a lei tem vindo a apertar os critérios exatamente para evitar situações como aquelas a que esta maioria conduziu a Agim, que foi fugindo, no passado, àquilo que era o controlo financeiro da despesa, fazer despesa através de uma associação, onerando essa associação e depois fugindo à resolução do problema. Portanto, não há soluções fáceis para aquilo que é um problema difícil. Na verdade, o presidente da Câmara, aquilo que nos disse aqui e vai ser a expressão jurídica rigorosa, não retire o senhor presidente da Câmara outra intenção disso, mas aquilo que nos disse aqui é que tenciona fazer uma fraude à lei, ou seja, como a lei proíbe, e estou a utilizar a expressão jurídica, como a lei proíbe um determinado financiamento à Agim, aquilo que o senhor presidente procura é fugir à proibição que a lei criou e estou já a antecipar um pouco o ponto seguinte, mas é evidente que, quando se olha para uma entidade como estas, e nesta prestação de contas, o senhor presidente da Agim e presidente da Câmara tinha a obrigação de prestar, efetivamente, as contas da Agim com deve e haver. Com, no fundo, a história que permitisse perceber já que, perdoe-se a expressão, lavou as mãos da responsabilidade do buraco que fica na Agim, mas que pudéssemos perceber porque razão é que o buraco surgiu porque esta assembleia não teve conhecimento e era bom que, nesta prestação de contas, nesta consolidação das contas explicasse porque é que fizeram isso à Agim, porque é que isso aconteceu porque o problema já vem de trás, como nos acabou de dizer. Portanto, a omissão dessa informação, para nós, é grave, que não se equacionem as diferentes hipóteses relativamente à Agim. É grave e não podemos deixar de sublinhar aquilo que nos é deixado na informação escrita do senhor revisor oficial de contas que, com é óbvio, se vale para umas coisas convém que valha para todas e, quanto à regularidade, porque a avaliação que eu fiz nas contas anteriores foi quanto às opções políticas tomadas, mas quanto à regularidade, o senhor revisor oficial de contas chama a atenção que não está regular, portanto, se não está regular, por dever, como é óbvio, nós votaremos em consequência com essa mesma informação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não sou eu que convoco as assembleias gerais. Já foi marcada uma assembleia geral, mas as contas já foram aprovadas na direção.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, os documentos da prestação de contas de 2019, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Seis votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

1.5 Inventário e Cadastro em 31-12-2019: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1.6 Revisão Orçamental – Ratificação: - Foi, pelo presidente da Câmara Municipal, apresentada a 6ª Revisão Orçamental, e, aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Tony Martins – Renovo os votos de há pouco. Na passada assembleia municipal de 13 de dezembro, foi apreciada a 1ª versão do Orçamento para 2020, o qual foi reprovado, sendo que o executivo procedeu à sua modificação tendo em conta as reuniões e contributos dados pelas diversas bancadas políticas, os quais o executivo considerou e integrou parcialmente no orçamento aprovado em 28 de fevereiro, entretanto aprovado. Cremos nós, que deixamos bem claro nessas assembleias municipais, que deveria haver o estabelecimento de uma estratégia e objetivo claros para o nosso concelho e deixar de haver estas revisões orçamentais ao sabor dos caprichos do executivo. Por esse motivo, lamentamos que o executivo tenha retomado às velhas práticas de tentativa de ocultação de estratégia, concentrando e remetendo o reforço orçamental em rubricas genéricas e opacas designadas por “Outros Serviços”, € 218 000,00, “Outros” € 105 000,00, “Encargos de cobrança de receita”, € 23 100,00 e “Escolas” € 248 500,00. Este tipo de estratégia é contraproducente e evidencia bem o estilo de navegação à vista que tem caracterizado este executivo. Atendendo a estes factos, só podemos concluir que não há qualquer estratégia, que não se pretende executar o que quer que seja a não ser em véspera de eleições. Um exemplo claro, diz respeito ao lançamento da “estrada da arrotá” que foi lançado o concurso com um valor base baixo, que não reflete minimamente a realidade da obra, com o intuito de não haver propostas e assim promover a repetição do concurso e com isso adiar a obra com jogadas de secretaria. Para não falar no novo adiamento da conclusão da obra do Centro escolar que passou de 28 de junho para agosto, comprometendo a abertura e organização do calendário escolar de 2020/2021. Entre outras. Reiteramos, aqui, que as obras e reformas estruturais querem-se agora, repito agora, não na véspera de eleições, com medidas avulsas, feitas apenas para cumprir a estratégia eleitoralista, ignorando por completo, os problemas e necessidades efetivas dos cidadãos, comerciantes e empresas deste concelho. Dadas as circunstâncias particulares que todos estamos a viver atualmente, devido ao Covid-19, o executivo tinha aqui uma oportunidade única de reestruturar este documento de forma a adapta-lo à nova realidade, sabendo que, em principio, os grandes eventos não se irão realizar, ou serão adiados, acrescidos do saldo de gerência que transitou do ano anterior de € 1 900 000,00, aproveitar o momento para reforço das áreas com carência comprovada que são a saúde e infraestruturas básicas do concelho que há muito esperam. É nas adversidades que se tomam as decisões mais importantes e foi para isso que o povo nos elegeu a todos, para que em momentos como este, haja quem tome as iniciativas, prepare e planeie o futuro. Mas não foi isso que aconteceu, o executivo centrou a sua ação em estratégias opacas e que não compreendemos, comprometendo assim as verdadeiras necessidades do concelho. Apesar do executivo ter acatado, algumas sugestões desta bancada, entendemos que o fez por necessidade de aprovação do orçamento de 2020 e não por convicção, a prova é que se limitou aos mínimos. Pelos motivos aqui apresentados, o sentido de voto da nossa bancada será abstenção a esta revisão orçamental.-----

António Dias – Mais uma vez muito obrigado senhor presidente. Temos aqui uma revisão orçamental que versa, sobretudo, sobre o saldo da gerência anterior, no valor de € 1 985 408,04, isto é quase dois milhões de euros. Há pouco falei, e é verdade, aqui estão refletidas as cabimentações, ou seja, os não investimentos que, infelizmente, estão contemplados no orçamento, mas não são executados. Como presidente de uma junta de freguesia e, uma vez que, fui um dos proponentes do aumento do investimento, que passou de cinco mil para vinte e cinco mil, e está aqui, também, exposto nesta revisão orçamental, venho aqui dizer, ao senhor presidente da Câmara, que, visto que o executivo teima em não executar os orçamentos que propõe, não sei se por inércia, por falta de interesse, por eleitoralismo, eu proponho que, caso volte a acontecer, uma vez que teimam em não investir, se calhar seria melhor distribuir uma parte deste saldo, pelo menos do saldo de gerência anterior, pelas juntas de freguesia. Assim, eu e os meus colegas, possivelmente, pelo menos não deixaríamos transitar de um ano para outro, portanto, nós realizávamos o investimento. Portanto, proponho, aqui, para o senhor presidente que, se quiser transpor

para as freguesias, ficaríamos com mais liquidez e tenho a certeza que eu e os meus colegas iríamos realizar as obras a que a Câmara se propõe e não faz.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção de Tony Martins, parece-me que foi para um lado e para outro, não cheguei a perceber muito bem se os senhores querem que sejam feitas obras ou não. É que, se não querem que sejam feitas, digam-no já aqui. A opção de voto que os senhores estão a tomar é nitidamente a de não quererem que sejam feitas obras no concelho e, conseqüentemente, nas freguesias, porque é disso que se trata. O facto de ter sido, ou não, aprovado o orçamento do ano passado não afetava estas coisas, porque estas obras estavam lá e, por isso, tinham aquela garantia dos cinco e do zero para serem afetadas quando poderiam ser. Mas, aquilo que se fez agora foi efetivar essa cabimentação e pô-las todas operacionais, com todos esses problemas que eu já referi, de poderem vir, ou não, a ter algum atraso na partida, porque algumas delas tiveram pouca gente a concorrer. Já dei instruções nos serviços para que todas estas obras sejam abertas por concurso público para ver se alargamos o leque de concorrente. Até aqui, só aquelas que eram obrigatórias ir para concurso público é que iam e as outras iam por convite, portanto, vamos colocar a concurso público mesmo as mais pequenas. O problema vai ser não termos aqui, durante um período, gente a candidatar-se porque, aquilo que temos apreciado nestas três ou quatro obras que não tiveram concorrentes, é que eles estão disponíveis para concorrer àquilo que é fácil fazer, tudo que for pavimentações diretas, pois é só colocar máquinas e espalhar pavimento e é muito mais rápido. As obras que são mais complexas na execução, não as querem precisamente para não atrasarem, depois, as outras que vão ganhando para pavimentações noutros lados. Portanto, poderemos ter aqui este problema de alguma falta de candidatos. Esta revisão de quase dois milhões, se eu lhe disser para onde foi, fica logo a saber, porque o documento transmite isso, mas eu rapidamente lhe digo para onde é que foram. Naquela questão daquilo que tínhamos aprovado no orçamento anterior, entrou esta nova que tinha zero, é uma das que entrou que tinha zero, porquê, para salvaguardar uma candidatura que foi feita, entretanto e que, possivelmente, será aprovada e com comparticipação, portanto, possivelmente irá gerar receita, mas, tem de ter aqui a despesa incluída para que ela possa ser aberta, que é a iluminação do campo dos Padrões. Essa entrou como nova. Houve outra que entrou como nova, que não teve concorrentes, que é uma obra pequeníssima em Couto de Esteves, Rua da Fonte e da Viela do Charrisco, em Catives, que, curiosamente, não teve candidatos e já abrimos, outra vez, o procedimento para ela. E essa, que estava naquele processo das setenta obras dos pequenos troços, que foi agora aberta, e nós entendemos, por uma questão de urgência que era melhor, se calhar, separá-la no orçamento. Nem assim ela foi porque ainda não teve concorrentes à obra. E, depois, foi o reforço das freguesias, foi, foram alguns daqueles outros, também foram para despesas de saúde, etc., muitas coisas, naquelas que saem de blocos, mas, para as obras estão aqui todas e quando me diz que, não sei se foi o António, quando diz que saíram transferências dos grandes eventos que não vão ser feitos, pois saíram e as despesas que nós vamos ter vão ter copuladas a elas falta de receita e, ainda hoje, foi aqui proposta a quebra de uma receita nos RSU que não está aqui somada naquele relatório que foi apresentado há bocado. Trata-se, apenas, de despesas diretas. Quando nós reduzirmos as receitas todas que não vamos ter, por essa via, porque anulámos rendas das empresas no Vougapark, das habitações, dos bares alugados por nós, cortámos os pagamentos nos estacionamento, etc. Quando somarmos isso tudo, dá uma quebra de receita, garantidamente, maior do que a despesa direta, portanto, tudo isto, se ele sai de um lado, fica a faltar no outro, como é óbvio. Portanto, aqui, ele faltava, efetivamente, nas obras e foi para isso, para possibilitar que elas sejam e, grande parte delas, que, se tiverem candidatos, como nós esperamos, possam ser realizadas ainda este ano e não é uma questão eleitoral porque as eleições são só para o ano. Estamos a falar do orçamento de 2020 e daquilo que é realizado este ano. Arranjo da Vinha Dónega, reforço de cabimento para podermos lançar a obra toda, integralmente, este ano; cemitério de Cedrim, arranjos exteriores, reforço da verba para

podermos lançar a obra toda este ano; praia fluvial da Quinta do Barco, reforço da verba para ver se conseguimos mandar agora a seguir a esta pequena empreitada que está de arranjo do bar, fazer a remodelação daquilo. Independentemente de virem ou não virem participações, primeiro nós temos de as pagar e temos de as ter aqui como despesa para depois o que vem a acontecer a seguir. Reabilitação da margem direita do Rio Vouga, este é um projeto financiado a quase cem por cento, mas tínhamos de o integrar aqui e temos de o contabilizar porque ele vai ter despesas. Só quando vierem, depois, as participações, depois de executada a obra, não é o mesmo, não é aquele da margem lateral, é em PROVER, um plano de valorização de percursos endógenos, é assim que se chama, ao qual fomos lá em conjunto com outros dois municípios e que a verba é pequenina mas temos de as aproveitar todas, portanto, aqui são noventa e cinco mil euros para uma obra que tínhamos apresentado duzentos e cinquenta mil. Restabelecimento de infraestruturas, mais cinquenta e tal mil; reforço no repavimento da avenida, porque tínhamos uma pequena fatia que tinha a ver apenas com a reposição das insuficiências depois decidimos melhorá-la toda depois da intervenção da garantia da obra; estrada de Dornelas a Silva Escura, um reforço para podermos avançar com grande parte da obra este ano; pavimentação da Rua das Eiras, Casainho e calçada, cabimentação integral; Rua da Fonte e Viela do Charrisco, que é a tal que eu falo, que saiu do outro lado e entrou para aqui; reparação de pequenos troços e largos, temos aqui uma dotação de quase cento e sessenta mil, para uma obra que vai custar cerca de quinhentos mil; corte da curva na E.N. 16, isto aqui é através de um protocolo tripartido em que vamos pagar três mas somos nós que vamos pagar a obra e receber dos outros, nós temos um protocolo com Águeda e Albergaria-a-Velha, somos nós a lançar a obra, portanto, tem de estar inscrita aqui a verba, o resto é como receita, para a rubrica; repavimentação da estrada do Chão D'Além no Porto Carro, reforço para que ela possa ser lançada totalmente; alargamento pavimentação da Rua do Cão, em Dornelas, também é um reforço, foi lançada e não teve concorrentes, já está outra vez em processo de nova empreitada; beneficiação da Rua do Porto Carro, em Cedrim, outra das obras que não teve concorrentes e é uma obra relativamente grande; construção datacenter, são daquelas coisinhas que aparecem nos outros, senhor engenheiro Tony, são estas coisas que não estão lá como obra porque isto não são obras, algumas destas coisas estão noutra rubrica. E a transferência de capital para as freguesias, de que já falámos e são basicamente estes mais alguns projetos culturais, etc. que ainda se esperam fazer, pequenos e poucos. Portanto, tudo isto aqui somou, neste caso, 1 600 000 foi afetado aqui para estas obras. -----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente de Câmara. Quero fazer uma nota prévia porque também quando se critica tanto também convém fazer os elogios quando são merecidos e queria fazer um elogio ao facto do senhor presidente da Câmara, pela primeira vez, ter enviado uma nota explicativa da revisão orçamental e nós, evidentemente, que tomámos a devida nota, mas, como é evidente, não queremos que aconteça, com esta nota explicativa, aquilo que acontece com a informação escrita, que é, depois de haver um esforço positivo, depois a seguir estraga-se esse esforço todo deixando de dar a informação. Portanto, a partir do momento em que o senhor presidente deu agora esse passo, tem, obviamente, a responsabilidade de manter o mesmo procedimento. Depois, há aqui um conjunto de passos prévios que, para nós, são fundamentais e em relação aos quais seremos sempre muito exigentes. Não apenas com a Câmara, mas também connosco próprios. O atual orçamento de 2020 resulta do entendimento possível entre as diversas forças partidárias e presidentes de junta que compõem esta Assembleia Municipal, resulta desse compromisso e, evidentemente, que esse compromisso obriga a Câmara, mas também nos obriga a nós dentro daquilo que foi a nossa viabilização do orçamento. Há pouco, viabilizámos as contas de 2019 exatamente para permitir a incorporação do saldo de gerência de 2019 nesta mesma revisão orçamental para que pudesse ser distribuído pelas áreas em que foi assumido esse mesmo compromisso. Não resisto, senhor presidente da Câmara, chamar a atenção de 1,9 milhões

de euros é a medida da incapacidade de executar investimento, por parte da Câmara em 2019, e não será pelo CDS que terá desculpa para dizer que é por causa da oposição que não executa. Nós já vimos, em 2019, que não é capaz, mas não será por nossa causa que, em 2020, usará essa mesma desculpa. E esse compromisso, senhor presidente, tem obrigação tem obrigação de cumprir. O compromisso que assumiu com as oposições e com os senhores presidentes de junta. Eu compreendo, perfeitamente, o meu colega de bancada António Dias e ele tem muita razão. Provavelmente, parte dos problemas que o município tem na execução das suas empreitadas seriam resolvidos se delegasse, efetivamente, nas juntas de freguesia fazer alguns desses investimentos para não se ocupar com coisas tão pequeninas que poderiam ser tratadas pelas freguesias e não quisesse controlar tudo. Duas ou três notas finais. O senhor presidente tem um compromisso com todos de que vai executar esse orçamento. Tem, também, um compromisso com a transparência. Seria útil que, naquilo que foram os documentos distribuídos relativo à revisão orçamental, que constassem, nomeadamente em relação aos outros, a informação de modo a que tivéssemos dispensado a longa explicação que o senhor presidente fez ainda agora. Também em relação à questão Covid-19 já percebeu, senhor presidente, que nós estamos com dúvidas nalgumas das despesas que estão a ser feitas em relação ao Covid-19, portanto, mais esclarecimentos serão, evidentemente, devidos. E, evidentemente que, em relação às empreitadas que o senhor presidente se comprometeu, percebe, agora, porque razão é que nós criticámos de forma tão veemente a informação escrita que nos forneceu e que, evidentemente, não permite controlar se o senhor presidente está a cumprir, ou não, os compromissos que assumiu com a oposição, pelo que, na próxima informação escrita, senhor presidente, e não deixo de significar já uma obra, que é a estrada de Silva Escura a Dornelas, que sabemos tem projeto, mas não posso deixar de chamar a atenção para a preocupação que temos com o facto de não constar a informação que nos permita controlar os compromissos que o senhor presidente e a Câmara assumiram com a Assembleia Municipal. Portanto, não será por nossa causa que arranjarão a desculpa para justificar o facto de serem incapazes de fazer aquilo com que se compromete fazer.-----

Jorge Graça - Reitero os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa. Há bocado, o senhor deputado Dr. Carlos Monteiro, quando eu ia a passar por ele, disse que até que enfim que eu consegui acordar aquele lado da bancada e, efetivamente, aconteceu. Venho aqui só no sentido de reforçar aquilo que foi explicado pelo senhor presidente da Câmara, neste ponto, e ao fim ao cabo tentar lucidar aquilo que está aqui em causa. O que está aqui em causa, e apelo principalmente à atenção do senhor presidente da junta, é investirem-se e aquilo que já foi criticado pela falta de investimento por parte da Câmara Municipal investir cerca de dois milhões de euros ou guardarem-se mais um tempo, se caso a revisão orçamental seja chumbada hoje, guardar-se essa verba mais algum tempo, eventualmente, e de encontro àquilo que vocês estão tão preocupados que é a Câmara correr o risco de fazer mais investimentos mais próximo do ato eleitoral que tanto vos preocupa a vocês, portanto, senhores presidentes de junta, aquilo que está aqui em causa é querer que sejam feitas obras o mais rápido possível nas vossas freguesias, eu sei que é exatamente a vossa vontade e é a vossa missão, e é o vosso esforço, aliás, basta ver-vos aqui, os que têm a coragem de vir aqui reivindicar constantemente obras para as freguesias, portanto, reconheço o vosso esforço nesse sentido e entendo perfeitamente e aqui o que está em causa é, realmente, isso, é reconhecer ou saber o que é que está aqui em causa. É, vamos aplicar os cerca de dois milhões de euros já ou vamos guardá-los no cofre até nova revisão orçamental, isto é o que está em causa hoje e aquilo que o senhor presidente explicou a forma de aplicar estas verbas de montante elevado exatamente em obras nas freguesias e eu ouvi falar em várias freguesias na explicação. Um à parte, senhor Dr. António Carlos Monteiro, a verdade é que o senhor, hoje, já duas vezes me surpreendeu porque trouxe aqui a vela, ou seja, elogios à Câmara Municipal mas o problema é que há sempre um senão e colando um bocadinho a sua intervenção neste ponto à de Tony Martins, a verdade é que eu sei exatamente qual é aquilo que vos pauta vir

aqui. Tony Martins, na sua intervenção também reconheceu que, eventualmente, não está tanto em causa o conteúdo, o que está aqui em causa é a forma e a verdade é que, reiteradamente, sessão após sessão, os senhores vêm aqui criticar e perdem noventa por cento do vosso tempo, salvo raríssimas exceções, a criticar a forma e raramente ouço falar sobre os conteúdos e, efetivamente, a verdade é que vocês pautam-se por isso e preocupam-se muito com a forma. Efetivamente, quem avalia a ação da Câmara, pelo conteúdo, são os eleitores e, sucessivamente, ato eleitoral após ato eleitoral, têm dado a maioria a este executivo. Se calhar vocês estão distraídos, devem começar a avaliar mais o conteúdo e menos a forma.-----

Tony Martins – Muito obrigado, senhor presidente, renovo os votos de há momentos. Senhor presidente da Câmara, na sua explicação, de há momentos, explicou as obras todas, acabou por não explicar, pelo menos, duas rubricas que eu perguntei, nomeadamente a rubrica “outros” e “outros serviços”. O que está em causa é a transparência deste documento. Nós não somos contra todas as obras que enunciou, muito pelo contrário, esperamos que elas sejam cumpridas em tempo útil. Gostaríamos, também, de dizer que a sua linha de pensamento, que acabou de explanar, se mantenha para o ano que vem, que é ano de eleições. Se temos de ser contidos este ano, para o ano também teremos que ser contidos.-----

Deliberação:-----
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo ratificou, por maioria, 6ª Revisão Orçamental, com anulações na receita e na despesa no valor de € 2 300 000,00 (dois milhões, trezentos mil euros).-----

Fundamentação: art.º 3-A da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, aditado pelo art.º 7º da Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril. -----

Votação: -----
Catorze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Treze abstenções - Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.7 Tecparques – Adesão: - Com base na proposta apresentada e documentação que a instruía, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, autorizar a adesão do Município de Sever do Vouga à associação Tecparques, sujeita ao pagamento de uma joia no valor de € 2 500,00 e a quota anual no valor de € 1 000,00.-----

Fundamentação: alínea n) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente quanto ao previsto nos artigos 56º e 59º daquele diploma. -----

Quinze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Doze abstenções - Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes e Tony Martins.-----

1.8 Mapa de Pessoal – 1ª Alteração: - Foi analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal 2020, de acordo com o previsto no artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a criação de um posto de trabalho para o Gabinete de Contratação Pública (Técnico Superior).-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª alteração do Mapa de Pessoal 2020.-----

Catorze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva e Renata Marques.-----

Treze abstenções - Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

O membro David Alves regressou às 22:21 horas.-----

1.9 Agim – Saída do Município de Associado: - Por forma a viabilizar uma alteração aos estatutos da Agim, nomeadamente, do artigo 17º, n.º 2, que prevê que o cargo de Presidente da Direção seja sempre exercido pela pessoa que for eleita Presidente da Câmara do Município de Sever do Vouga, foi apresentada uma proposta ao órgão deliberativo para a saída do Município e do seu Presidente da Associação, deixando a mesma de estar obrigada a cumprir tal exigência.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Faço algumas perguntas ao senhor presidente da Câmara e, também, presidente da Agim e, dependendo da resposta do senhor presidente da Câmara, eu irei ponderar, ou não, se pediremos o adiamento deste ponto da votação. E a questão prende-se com o seguinte, senhor presidente: eu percebi, há pouco, qual é a intenção do município, ou seja, conforme eu disse, em termos jurídicos, permitir ao município subsidiar a Agim e, corrija-me se eu estiver enganado, subsidiar a Agim, coisa que, hoje em dia, não pode fazer porque está proibido por lei e a minha pergunta é se tem algum estudo de viabilidade económica da Agim, quais são as medidas que são necessárias, em termos de capital, qual é o capital que é necessário para a Agim, como é que está feita essa contabilização e, de modo a podermos ponderar se, efetivamente, a simples saída da Agim é uma solução, porque há várias soluções possíveis que já foram utilizadas. Há a famosa fórmula “sabena” que foi utilizada na Bélgica para a companhia de aviação, fechou a Sabena um e abriu a Sabena dois ao lado, é um exemplo que permite resolver um problema, ou seja, sendo a Câmara associada, teria que colaborar na liquidação do passivo e deixaria a possibilidade de se criar uma nova entidade limpa sem o passivo. Temos, evidentemente, aquilo que me pareceu deduzir daquilo que é a informação do senhor presidente, de há pouco, que seria a Câmara comprar algo, nomeadamente a marca Capital do Mirtilo, à Agim. Mas, nos aí teremos que saber qual é a valorização e se esse valor permite que se resolva esse mesmo passivo da Agim para que, depois, a Agim não fique a depender constantemente de subsídios do município, por uma simples razão, porque naquilo em que a Agim atua no mercado não pode a Câmara ir subsidiar porque irá estimular a concorrência desleal, nomeadamente com a Mirtilusa e com as Bagas de Portugal, portanto, esta nota obriga-nos a saber qual é o estudo de viabilidade que o município tem em relação à Agim, qual é a quantificação das diferentes soluções possíveis e, de modo a podermos estudar qual é a melhor solução porque, eventualmente, poder-se-á dar o caso de uma solução de extinção e recriação, podendo ser uma boa forma de resolver o problema que desonerasse a Agim do seu passivo, mas nós precisávamos de ter esta informação e os documentos são absolutamente escassos, tanto mais que, como chamou a atenção o revisor oficial, não foram, sequer, aprovados pela Assembleia Geral, portanto, nós não sabemos qual é a posição dos associados relativamente a esta matéria, nem nos foi fornecido qualquer estudo económico que nos diga se aquilo que o senhor presidente estava aqui a ventar como possível, e que dependerá sempre da vontade desta Assembleia Municipal, que como o senhor presidente sabe não teve vontade de aprovar os contratos-programa se não está a achar que está a resolver um problema quando, na realidade, depois pode agravar esse mesmo problema e para que as questões sejam tratadas com transparência, se o senhor presidente não tiver uma resposta para todas estas mesmas questões, eu eventualmente até sugeriria que fosse adiada para que fossem encontradas as respostas para estas mesmas questões e pudesse ser discutido com todas as bancadas como é que isto pode ser resolvido. Mas, a simples solução de sair,

com aquela nota crítica que eu deixei de pôr-se ao fresco e dar a ideia “agora a Agim que se vire”, para pagar o passivo que lá foi deixado, provavelmente com grande responsabilidade por parte da Câmara, deixa-nos particularmente preocupados, portanto, eu deixaria, senhor presidente da mesa, esta nota que provavelmente, dependendo evidentemente da resposta do senhor presidente da Câmara, o melhor seja talvez adiarmos este ponto para que sejam obtidas as respostas.-----

Diana Paiva – Antes de iniciar a minha intervenção, quero prestar o meu agradecimento às senhoras funcionárias do Centro de Artes porque são dez horas e tal e estão aqui a fazer o favor de nos desinfetar o aparelho para podermos intervir. Eu renovo os meus cumprimentos de há pouco. O PSD defendeu sempre uma transparência sobre as contas públicas e entidades associadas da Câmara. Estamos a votar a saída do Município da Agim, mas a informação que nos chega não é nenhuma. A Agim é uma criação da Câmara Municipal, e numa altura em que o senhor presidente também fazia parte do executivo, lembro-me que até iniciou como sendo um gabinete de modernização urbana, mas que é certo que nunca percebemos a modernização. Certo é que a Agim lá foi seguindo o seu rumo, enveredando por novas ideias com projetos novos, mas, por aquilo que percebemos das contas, tem um passivo muito elevado, sendo sempre o presidente de Câmara o presidente da direção da Agim. Ora, gostaríamos de saber como é que foi criado tal passivo, como é que existe este passivo. Também gostaríamos de saber em que condições é que o Município sai da Agim, como é resolvido este passivo da Agim. Como ficam todos os projetos apresentados pela Agim e o acompanhamento que deveria ser dado por esta, sendo certo que tinham como base o facto de esta Instituição ter a Câmara Municipal associada. Queremos transparência também no modo como o município vai gerir esta espécie de Brexit, ou isto vai ser mesmo à bruta, abandonam a vossa criação com um buraco criado pela vossa governação naquela. Entendemos que a posição da Câmara na Agim nunca foi muito esclarecedora, mas também não queremos passar um cheque em branco à saída sem saber exatamente como vão deixar uma associação que geriram durante anos, como vão negociar esta saída. Já agora, tive curiosidade de ir consultar, na página online da Agim, os seus estatutos, pelo menos desde 2014, e não vi no artigo 17º n.º 2 daqueles, que o seu Presidente tivesse que ser o presidente da Câmara Municipal, onde consta essa informação, onde está expresso afinal esse vínculo, tanto mais que a direção é eleita por triénios.-----

António Dias – Obrigado senhor presidente. Eu como fui um dos eleitos que votou a favor da criação da Agim, eu não quero ser, desculpem o termo, não quero fazer o enterro à Agim. O que é que isso significa? Em 2006, salvo erro, votamos a favor de uma associação que era para promover, no fundo, algum comércio e alguns projetos do nosso concelho. O que é que isso significa? Criámos o filho em 2006, o filho ainda não atingiu a maioria, por isso, o que é que eu peço? Não vamos deixar o filho órfão sem pai nem mãe, com uma pesada herança, ou seja, todos nós nos lembramos dos milhares de euros que lá estão de prejuízo, portanto, enquanto é corrente caucionada é prejuízo. Peço, uma vez que, o senhor presidente da Câmara, ainda não foram aprovadas as contas em assembleia, portanto, não sei, do ponto de vista legal, se ele poderá sair sem as contas estarem aprovadas em assembleia, portanto, chamo a atenção aqui para isso e como o meu colega, Dr. António Carlos falou, e muito bem, se calhar é melhor passarmos o ponto para outro dia. É a minha sugestão e isto porquê, estamos aqui a votar uma coisa que o senhor presidente da Câmara vai ter que votar nas contas, atenção a isso. Mais uma vez e termino, não quero ser cabouqueiro da Agim.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restantes membros do executivo. Atendendo à exposição feita pela minha colega Diana Paiva e, também, pela bancada do CDS, em nome do PSD viemos pedir a retirada deste ponto da ordem porque acho que deve ser mais aprofundado e mais bem esclarecido, se for essa a vontade do presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – A razão da saída da Agim vir aqui primeiro é porque os estatutos atuais dizem, explicitamente, que o presidente da associação é sempre o presidente da Câmara, e eu tenho uma informação jurídica que diz que, primeiro, temos de sair da Agim para promover uma alteração dos estatutos para que qualquer associado possa ser presidente daquela associação. A Agim foi criada para ser coordenadora de um projeto de modernização e coordenação urbana, que foi dos primeiros financiamentos para a reabilitação urbana, em 2006. Terminada a coordenação do desenvolvimento do projeto de reabilitação, derivou para o apoio. Em relação à intervenção de Dr. António Carlos, é óbvio que nós não estamos a começar no escuro, estamos a pensar em várias situações. Nós temos estudos feitos, como o estudo de avaliação de marca, mas ainda não chegámos a essa decisão, pois tem que ser a assembleia da Agim a aceitar a proposta de aquisição de marcas, entre outros. O primeiro passo é este e eles sabem disto. Não há aqui nenhuma intenção de fuga, é a intenção de permitir que depois possamos avançar para essa negociação, principalmente por aí. Se ela vai ser suficiente para cobrir o passivo ou não, das avaliações que temos, andarás muito próximo disso. Como eu disse, a Assembleia Municipal, aqui, decidirá, nesta fase, apenas a saída da direção do órgão. Da informação jurídica que eu tenho, foi-me dito que primeiro teria que vir aqui para depois possibilitar, na assembleia geral, a decisão da alteração dos estatutos, portanto, foi por isso que primeiro veio aqui.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Concorda que, mediante as dúvidas que foram colocadas, se adie este ponto?-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu preferia que não, porque a reunião da assembleia geral da Agim não tinha sido marcada precisamente para se decidir este assunto antes. Ao estarmos a adiar isto, a Agim não está a cumprir com a assembleia geral para encerramento das contas.-----

António Monteiro – Senhor presidente da mesa, para ser absolutamente claro quanto àquilo que deveria ser o procedimento. Nós temos, em relação à Agim, uma assembleia geral que é obrigatória e que está em falta, que é para a aprovação das contas e temos aquilo que é aprovar, formalmente, aquilo que é o resultado negativo, propriamente dito. Isto é uma assembleia geral. A outra assembleia geral, que é essa, aliás, que o revisor oficial de contas pediu. A outra assembleia depende daquilo que for deliberado na Assembleia Municipal. E aquilo que eu estou a chamar a atenção é que, para nós, é condição fundamental para podermos avaliar se a decisão que é proposta pela Câmara está correta ou não, que é fundamental termos informação que o senhor presidente, pelos vistos, tem e não fornece à assembleia. Qual é o valor da marca? Qual é o valor do passivo? Qual é o estudo económico que nos diz que, com o negócio que vier a ser feito se permite resolver o problema da Agim? Qual é a atividade da Agim que permite que ela sobreviva a partir daí e se é necessário, ou não é necessário, apoio por parte da Câmara? Portanto, senhor presidente, eu com toda a franqueza, tenho dificuldade em aprovar às cegas quando o senhor presidente até, ainda por cima, nos diz que tem documentação e tem informação, melhor dizendo, que nos pode fornecer e que facilitaria que, numa próxima reunião, até conversando entre os vários partidos sobre aquilo que era a solução desejável de forma a podermos ver qual é a melhor solução para a Agim, porque, conforme eu disse há pouco, essa é uma solução possível, mas há outras. Porque, obviamente, se houver a dissolução da Agim, os associados respondem pelo seu passivo. O município não vai responder pela quota parte que lhe cabe do prejuízo da Agim? Portanto, se tem que responder por essa quota parte, pode ser uma outra solução. Agora, essa contabilização, esse mix de, por onde é que se vai recuperar uma parte do dinheiro, e como é que se pode fazer a operação por outro, tudo isso é suscetível de ser avaliado não apenas contabilisticamente, em termos financeiros, mas, também do ponto de vista jurídico. Não há apenas um caminho para atingir o mesmo resultado, há vários. E essa avaliação não estamos em condições de o fazer porque o senhor presidente tem muito mais informação do que nós e, com toda a boa fé, lhe digo que era mais fácil, não termos aqui uma discussão muito longa, e zangarmo-

nos em torno deste assunto, se o senhor presidente adiasse, nos fornecesse esse documento, conversássemos um bocadinho sobre as soluções possíveis e tentássemos, aí, encontrar um caminho que fosse o melhor possível para a Agim. É este o meu apelo.-----

Tony Martins – Obrigado, senhor presidente da assembleia. Só queria salientar aqui uma situação. Mais uma vez, o que está aqui em causa é a transparência de todo este processo. Nós, como deputados municipais, ainda não conseguimos compreender quais serão os encargos futuros para o município. É isso que nós queremos tentar perceber, porque não vamos estar a passar um cheque em branco sem perceber exatamente quais são as consequências para o município.-----

David Alves – Boa noite a toda a gente, senhor presidentes da mesa, executivo, membros da assembleia e público em geral. Sou apologista que, eventualmente, a oposição terá razão quando pede que este ponto seja retirado da ordem de trabalho. Como homem ligado à contabilidade, julgo que nós não deveremos deliberar sobre uma saída da Agim sem primeiro sabermos o ponto de situação da Agim. Não sei se já foi feita a assembleia geral ou não, não tenho acesso porque não sou entidade privilegiada para saber as contas da Agim, mas penso que, esta assembleia, de facto, só deverá deliberar sobre a saída sabendo a posição, pelo menos, do último exercício da Agim e, aí sim, saberemos quais são as nossas vantagens e desvantagens face ao seu passivo e aos seus capitais próprios.----

Presidente da Câmara Municipal – Eu admito essas hipóteses e proponho a suspensão da assembleia e deixávamos o ponto para discussão noutra sessão.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou o adiamento deste ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, pelos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

O membro Custódio Lima ausentou-se da sessão depois desta votação.-----

1.10 Regulamento dos Apoios às Freguesias – Anexo – Alteração: - Foi presente uma proposta, da Câmara Municipal, de alteração ao anexo do Regulamento de Apoio às Freguesias, com vista a dar-se seguimento à pretensão das freguesias, quanto ao aumento dos apoios destinados ao investimento, já considerados no orçamento aprovado para 2020.- Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos. O PSD entende que as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental na população que servem, pois são quem está mais perto todos. Por isso mesmo, quando se delegam competências naquelas para executarem tarefas que seriam da Câmara Municipal, deve-se também dar a estas a correspondente verba para as poderem cumprir. Congratulamo-nos por ver verbas reforçadas, sendo certo que não correspondeu inteiramente ao que tínhamos pedido, e a distribuição daquelas nos vários pontos delegados, não ter sido inteiramente da satisfação das juntas, ou pelo menos de muitas delas. Acresce que, no acordo realizado estão estipulados os prazos de pagamento das prestações relativas ao apoio financeiro, e, do que sabemos, até ao dia de hoje só foi paga uma prestação, e, mesmo essa, fora do seu prazo, quando já deveria ter sido realizada a segunda e está já quase a pagamento a terceira. Senhor presidente, estas verbas são vitais e fundamentais para o bom exercício das Juntas e melhor servirem a sua população. Sugerimos também senhor presidente que quando essas verbas sejam transferidas venham acompanhadas do respetivo officio de pagamento, para cada Junta de Freguesia saber a que respeita tal entrega e não tenha que vir perguntar à Câmara Municipal que valor é aquele e a que respeita.-----

António Dias – Eu só vim aqui dar uma deixa para o senhor membro do PSD. A freguesia de Talhadas está a receber a tempo e horas, mas é da DGAL, todos os meses.-----

Deliberação:-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a alteração ao anexo do Regulamento de Apoio às Freguesias, a serem atribuídos com base no previsto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua aprovação e posterior execução.-----

Vinte votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Sete abstenções - Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Albino Coutinho Leitão, residente em Irijó, Rocas do Vouga. Recebi, por causa do caminho da Travessa do Casal, em Couto de Esteves, a carta da Câmara que tenho andado a maturar sempre no mesmo. O senhor tapou o caminho com pedra e cimento. A Câmara diz que é a Junta, a Junta diz que é a Câmara. A Câmara passou licença para o senhor fazer o muro, é que, eu nasci em 1953, toda a vida ali passei e o meu pai tirou licença, na Câmara, para lá passar com o tubo da água para casa dele e as confrontações que existem lá nas casas, nos terrenos, eu ainda não era nascido e já estavam registados. Portanto, isto não tem elementos que aquilo é público ou não é. E então os registos não contam nada? Se é assim, a gente não gasta dinheiro. Eu queria saber se a Câmara passou licença ou não e porque é que não tira aquilo de lá para fora, porque eu quero fazer obras na cada do meu pai, para preservar aquilo que eles nos deixaram.-----

Andreia Sofia Pina Silva, Talhadas. Desde já saúdo o presidente da Assembleia, a mesa, o senhor presidente da Câmara, vereadores e a todos os membros da Assembleia Municipal aqui presentes. Estou aqui, hoje, em representação do CRC de Talhadas no qual solicito, ao senhor presidente da Câmara, o esclarecimento sobre a colocação do relvado sintético no campo do CRCT e, também, uma explicação ao senhor presidente sobre a atribuição de subsídios às coletividades do concelho, uma vez que o CRCT está em atividade ininterrupta, há vários anos, e recebe oitocentos e cinquenta euros anuais e há coletividades que não divulgam Sever do Vouga como o CRCT que nem sequer há semelhança em termos de associativismos e recebem valores bem mais elevados que o próprio CRCT.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor presidente explanará essas questões e daremos conhecimento na próxima sessão.-----

Presidente da Câmara Municipal – O senhor Albino vai levar a mesma resposta, pois, enquanto não nos provarem que o caminho é público, e isso foi solicitado à Junta de Freguesia que não nos enviou nada que nos comprove que o caminho é público ou não. Nós, sem isso, não podemos intervir porque a Câmara não faz lei, a Câmara transmite aquilo que a lei diz e foi isso que fez. Na Câmara não temos qualquer prova de que o caminho é público, e como o caminho é vicinal, ou seja, um caminho interno numa freguesia, tem que ser a freguesia a dizer. Temos de saber primeiro para poder intervir. Esta questão que trouxe hoje, do licenciamento para a passagem de água, será verificada na Câmara.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor presidente, eu sugeria que desse uma resposta por escrito.-----

Presidente da Câmara Municipal – Já agora, ainda que responda por escrito a Andreia Silva, a execução do arrelvamento do campo de Talhadas depende de várias coisas. Depende da manutenção, ou não, do clube de futebol, aliás, da equipa de futebol porque Talhadas deve compreender que houve equipas que já funcionam, há anos e anos, sem esta hesitação em termos de funcionamento, que é o que tem acontecido em Talhadas. Nós temos de ter alguma garantia que a equipa se vai manter porque, se não, estamos a deitar dinheiro fora, nitidamente. Não há qualquer problema de se avançar para isso. Não temos considerado o arrelvamento em Talhadas, ainda, pois não era daqueles assuntos que estava na prioridade do orçamento deste ano. No entanto, eu tenho andado a ver se consigo

alguma candidatura em algum lado, aliás, foi um dos assuntos que falei, há dias, com o senhor Secretário de Estado para ver se existe por aqui alguma coisa. Mas, isso não é garantido. Agora, nós consideraremos isto uma prioridade quando tivermos prova de que a associação não dura um ano e depois fecha e depois volta a reativar-se daqui a dois anos porque é um grande investimento fazer o arrelvamento daquilo. Eu vou-lhe responder isso por escrito. Depois, a questão dos subsídios, a definição dos subsídios ainda não saiu, ficou muito condicionada com a questão do Covid-19. Apenas antecipámos o pagamento dos subsídios às coletividades com base naquele que foi atribuído no ano passado. O que a associação de Talhadas recebeu no ano passado foi com base na atividade que tinha anteriormente. A situação, hoje, é diferente e será ponderado o subsídio com base na atividade deste ano que passou, conforme a conta de gerência, as despesas, as receitas, etc. Portanto, isto é ponderado conforme a capacidade da associação e conforme o seu plano de atividades. Aquele que recebeu, no ano passado, era pouco, mas foi com base naquilo que tinham na altura. É tal e qual quando começa uma associação no primeiro ano e quase não tem atividade, leva sempre um valor baixinho.-----

António Monteiro – Senhor presidente, só um minuto. Em termos regimentais, a interpelação à mesa pode ocorrer a qualquer momento, por qualquer bancada e a interpelação à mesa que eu procuro fazer é chamar a atenção do senhor presidente para uma particularidade que talvez tenha passado despercebida. É que, este período do público destina-se à Assembleia Municipal ouvir o público, não é, e nós sabemos que esse é um direito, mas a Câmara tem o seu período de intervenção do público. Agora, dizer a um deputado municipal ou a um presidente de Junta, que é membro desta assembleia, que depois de falar o senhor presidente da Câmara, que não é o destinatário deste período de antes da ordem do dia, depois de ele ter sido citado que não pode falar, senhor presidente é uma questão de *fair play* que tem a ver, nomeadamente, com os senhores presidentes de junta que aqui estão, e que foram interpelados, designadamente o senhor presidente da junta do Couto que, não é sequer do meu partido, mas eu estou a lembrar o senhor presidente da mesa de que este é o período do público da assembleia e se o senhor presidente da Câmara falou e se teve oportunidade de mencionar o senhor presidente da junta do Couto, que é membro desta assembleia, por maioria de razão, se o presidente da junta do Couto pretende dizer qualquer coisa acho que é uma questão de *fair play*.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Penso que posso ser uma dessas pessoas que tem imenso *fair play* pois, como vê, normalmente não corto a palavra a ninguém, as intervenções prolongam-se. Agora, o que eu acho é que, neste caso vertente, qualquer um destes cidadãos pode ir às reuniões da Junta de Freguesia e pode esclarecer estas questões com os presidentes de Junta de Freguesia e tenho a certeza que estas questões já lá foram debatidas, portanto, não vejo necessidade nenhuma de estarmos aqui, novamente, a partir pedra sobre estes assuntos. É chover no molhado, porque, tanto a questão do senhor Albino Leitão, que eu sei já se arrasta há anos, e o senhor presidente da Junta já lhe respondeu ene vezes, provavelmente vai dizer-lhe a mesma coisa, tal como esta questão que Andreia Silva aqui trouxe, tenho a certeza que já lá foi discutido. Mas, não quero que me acusem de, de facto, ser um pequeno ditador. Peço, então, que venham aqui intervenções breves e pedia que fossem intervenções educadas, que não hostilizassem ninguém.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor presidente. A educação é um princípio que os meus pais me ensinaram e acho que nunca faltei ao respeito nesta assembleia. Obrigado pelas palavras do senhor Dr. António Carlos Monteiro. Se o senhor presidente da Câmara tem direito a responder e, ainda por cima, me nomeou, acho que tenho direito a defender-me e a vir aqui dizer qualquer coisa relativamente ao assunto. A Junta de Freguesia de Couto de Esteves também não faz lei. Segunda questão, a Junta de Freguesia já respondeu à Câmara Municipal relativamente ao assunto. E a terceira questão acho que é muito clara, do senhor Albino, e até tem a ver com o licenciamento de um muro que não tem nada a ver com a Junta de Freguesia, é com a Câmara Municipal.-----

António Dias – Muito obrigado senhor presidente. Eu vou só responder representando o CRCT. Eu já tinha solicitado esclarecimento ao senhor presidente da Câmara, antes de mim o senhor Jorge Graça já tinha feito essa questão aqui na assembleia. Senhor presidente, algum clube lhe deu alguma garantia que não encerrava? Eu pergunto isto porquê, está a exigir garantias ao CRCT, o que é que o CRCT é mais ou menos do que o Pessegueiro ou menos do que o Rocas ou menos do que Sever? Essa é a primeira questão. Portanto, se pede garantias ao CRCT, o CRCT, que eu saiba, está em atividade, salvo erro, desde 2005 ou 2006. Parou, unicamente, porque andou em obras. O senhor presidente acompanhou as obras. Foram obras inauguradas pelo senhor presidente Dr. Manuel Soares, do qual o senhor era vice-presidente. Foi a única vez, que eu me lembro, desde 2003/2004, que o clube esteve parado porque as instalações estavam em obras. Segundo ponto, eu pergunto porque é que o CRCT recebe oitocentos e cinquenta euros, por ano, que é uma vergonha, e outros recebem muito mais a fazer menos, a representar menos o nosso concelho.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor presidente depois responde, por escrito, aos munícipes.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----